

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

Fernando Schmidt El-Jaick

POR UMA TEMPORALIDADE NÃO LINEAR: O TEMPO LÓGICO E A INTERVENÇÃO
DO ANALISTA

Rio de Janeiro

2017

Fernando Schimidt El-Jaick

POR UMA TEMPORALIDADE NÃO LINEAR: O TEMPO LÓGICO E A INTERVENÇÃO
DO ANALISTA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg

Rio de Janeiro

2017

El-Jaick, Fernando Schimidt

Por uma Temporalidade Não Linear: o Tempo Lógico e a Intervenção do Analista.

Fernando Schimidt El-Jaick. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2017.

101f. ; 29,7cm

Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, 2017.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg

1.Por uma temporalidade não linear 2.O Tempo Lógico 3.O Momento da Intervenção do Analista. I.Bastos, Angélica (Orient.) II.Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Psicologia. III.Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. IV.Por uma Temporalidade Não Linear: o Tempo Lógico e a Intervenção do Analista

Fernando Schimidt El-Jaick

POR UMA TEMPORALIDADE NÃO LINEAR: O TEMPO LÓGICO E A INTERVENÇÃO
DO ANALISTA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Aprovada em: _____

Prof.^a Dr.^a Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Teophilo da Costa-Moura (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Marcus André Vieira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Dedicatória

Aos meus pais, Sergio e Natalina, por tudo.

Agradecimentos

À Prof.^a Angélica Bastos, que tornou este trabalho possível, por toda atenção na orientação desta pesquisa. Agradeço pelas sugestões de leitura, indicações para elaboração da dissertação e por toda ajuda ao longo da minha formação.

À Prof.^a Fernanda Costa-Moura, pelas aulas instigantes e sugestões para este trabalho.

Ao Prof. Marcus André Vieira, que gentilmente aceitou participar desta defesa.

Ao Prof. Paulo Vidal, pelas pontuações oportunas no exame de qualificação.

Ao Prof. Antônio Geraldo Peixoto Filho, pela influência na escolha do tema.

Ao Prof. Octavio Domont de Serpa Jr., pela grande importância em minha formação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, que tanto enriqueceram meu percurso acadêmico.

À Maria Silvia Hanna, por todo o apoio.

Aos amigos do Núcleo de Assistência em Saúde Mental Casa Verde e, mais especificamente, aos companheiros de trabalho do Projeto Despertar, por todos os momentos importantes que passamos juntos.

Ao grupo *A Voz dos Usuários* do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, por terem me ensinado tanto ao longo dos últimos anos.

Aos pacientes e funcionários do CAPS-ad Raul Seixas, pelo acolhimento.

Aos pacientes e funcionários da Divisão de Psicologia Aplicada da UFRJ, pelos momentos únicos.

Aos meus pais, Sergio e Natalina, aos quais devo minha vida.

Aos meus irmãos, Marcos, Kenia e Rafaela, pela ajuda nos momentos difíceis e pelas alegrias.

Ao meu primo Diego, que me acolheu como um irmão em sua própria casa.

Aos meus sobrinhos Luca e Gabriel, que os tempos futuros tragam boas experiências.

À Priscilla, companheira de todas as horas.

À minha família como um todo, por todo carinho.

A todos os meus amigos.

Ao CNPq.

*“O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi,
uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido
naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido
para aquilo em que me estou transformando.”*

Jacques Lacan

RESUMO

EL-JAICK, Fernando Schimidt. **Por uma Temporalidade Não Linear: o Tempo Lógico e a Intervenção do Analista**. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica).

Esta pesquisa consiste num estudo a respeito da temporalidade em psicanálise, tendo como base principal o tempo lógico. Devido à amplitude desta temática, procuramos em primeiro lugar destacar o tempo em Freud, partindo da questão da não linearidade do tempo nos processos psíquicos. Neste sentido, enfatizamos o conceito de *nachträglich* como a referência principal desta primeira parte do trabalho. Já no segundo capítulo, procuramos trabalhar o tempo lógico propriamente dito, sublinhando que este tema diz respeito ao sujeito da psicanálise e ao ato. Tentamos desenvolver o enigma dos três prisioneiros destacando o lugar dos três tempos e das duas moções suspensas que constituem o tempo lógico. Procuramos desdobrar questões a respeito do conceito de sujeito e do ato psicanalítico, temas que são abordados na esteira do tempo lógico. No terceiro capítulo, procuramos pensar a clínica psicanalítica a partir principalmente da temporalidade da intervenção do analista. Desta forma, circunscrevemos algumas questões a respeito do tempo no caso clínico do Homem dos Lobos. Por fim, discutimos a questão da imprevisibilidade da duração do tratamento em psicanálise, procurando traçar articulações com o tempo lógico.

Palavras-chave: Psicanálise, Temporalidade, Tempo Lógico, Sujeito, Ato.

ABSTRACT

This research consists in a study about temporality in psychoanalysis with its primary focus on the logical time. Due to the amplitude of this topic, our first attempt was to highlight the study of time and temporality in Freud, starting from the non-linearity of time in the psychic processes. In this regard, the concept of *nachträglich* was emphasized as the main reference to the first part of the work shown here. In the second part of this research, our attempt was to explore the logical time itself showing some connections between the concept of subject and act in psychoanalysis. We also tried to develop the enigma of the three prisoners by pointing out the locus that correspond to all the three times and to the two suspended motions that constitute logical time. Our efforts were also related to develop some thoughts and ideas about the concepts of subject and psychoanalytical act, which are some topics related to the logical time. The third chapter consists mainly in an attempt to think about the psychoanalytic clinic and the temporality of the analyst's intervention. Therefore, we were able to detain ourselves on some points about the time on the clinical case of “The Wolf Man”. Lastly, we've discussed about the unpredictability of treatment duration in psychoanalysis and its connection with the logical time.

Keywords: Psychoanalysis, Temporality, Logical Time, Subject, Act.

Sumário

Introdução p.12

Capítulo 1 – A Não Linearidade Temporal dos Processos Psíquicos e a Importância do Conceito de *Nachträglich*

1.1) *Por uma Temporalidade Não Linear* p.18

1.2) *Construções em Análise*p.27

Capítulo 2 – O Tempo Lógico de Lacan

2.1) *Os Três Tempos e o Lugar das Duas Moções Suspensas na Solução Final do Sofisma*
..... p.34

2.2) *Uma Releitura das Modificações no Escrito do Tempo Lógico em 1966*..... p.41

2.3) *O Sujeito no Tempo Lógico* p.45

2.4) *O Ato no Tempo Lógico* p.53

Capítulo 3 – O Momento da Intervenção do Analista

3.1) *O Momento Mais Oportuno da Intervenção: uma questão de tato* p.61

3.2) *O Homem dos Lobos: uma releitura do caso clínico a partir do tempo lógico* ...p.66

3.3) *A Imprevisibilidade da Duração do Tratamento em Psicanálise*.....p.76

Considerações Finais p.84

Referências Bibliográficas p.95

Introdução

Este trabalho terá como questão principal o tema da temporalidade em psicanálise e como hipótese inicial a necessidade de nos referirmos sempre aos *tempos*, no plural. Desta forma, mostraremos ao longo da pesquisa a impossibilidade de tratar de um tempo único, sendo que a cronologia é apenas uma maneira, dentre outras, de se pensar a temporalidade. O percurso a ser trilhado incluirá necessariamente desvios e atalhos dentro dos conceitos da psicanálise, de maneira que estruturaremos esta apresentação privilegiando um tema principal que nos servirá de base – o tempo lógico de Lacan. Devido à amplitude desta temática, optamos por fazer um recorte teórico que tentará trazer à tona a importância da temporalidade para as ideias de Freud e a prática da psicanálise, tendo como eixo teórico central o tempo lógico lacaniano.

Para além do campo estritamente teórico, minha própria experiência na clínica psicanalítica e no trabalho em instituições de saúde mental colocou para mim desde o início questões de ordem temporal. Qual o momento exato de intervir? Qual a duração da sessão? E do tratamento? Qual a função do corte? De que passado se trata quando um paciente nos revela sua história? Foi inteiramente dentro desta ordem de questões tão singulares do manejo da temporalidade que se delinearam as bases deste trabalho. Partindo do pressuposto de que não há pesquisa em psicanálise que não inclua a dimensão do desejo, procurarei dar ênfase a esta temática do tempo por acreditar que ela possa de certa forma responder a algumas das indagações que a própria experiência suscitou em mim. Em outras palavras, o desejo de estudar o tempo foi despertado e alimentado pela prática clínica em si.

Se do lado do analista a clínica impõe perguntas de ordem temporal, do lado do analisante a situação também convida a interrogações. Em quanto tempo o paciente se veria livre de seus sintomas? Por que o analista intervém em determinada fala introduzindo um corte no discurso do analisante? Por que encerra a sessão num momento específico que não é decidido meramente pelo relógio? A importância do estudo da temporalidade em psicanálise, portanto, se mostra na medida em que a própria experiência psicanalítica desvela na sua prática os complexos impasses aos quais esse tema conduz.

Certamente não interessa a este trabalho se debruçar sobre o estudo do tempo da Física, por exemplo. O tempo que importa aqui é o tempo subjetivo, ou seja, o que ganha

relevo não é o tempo da ciência, mas sim o tempo atravessado pela dimensão do sujeito. É importante ainda salientar que nem mesmo nas ciências mais exatas os conceitos estão dados de maneira perene. É preciso não perder de vista, portanto, a dimensão experiencial subjacente à definição dos conceitos em psicanálise. Se a prática analítica nos coloca questões a cada caso, isso talvez se deva principalmente à especificidade evanescente de seu objeto e à singularidade de cada sujeito. Aliás, se tomarmos o inconsciente como objeto da psicanálise, já nos deparamos com um impasse inicial – ele não seria de forma alguma submetido ao tempo cronológico, ou seja, seria necessário pensar em outra modalidade de tempo para esta instância.

A abordagem do tema da temporalidade em psicanálise exige, portanto, escolhas e renúncias, na medida em que um caminho específico deverá ser trilhado para articular alguns pontos principais, deixando necessariamente de lado muitos outros pontos possíveis de serem também abordados. Temos como limitações do presente estudo a própria amplitude da questão do tempo em psicanálise, de maneira que alguns temas terão que ser necessariamente privilegiados em detrimento de outros.

Grande parte dos principais conceitos freudianos articulam-se direta ou indiretamente com o tempo, o que certamente justifica a relevância do tema. Freud pode jamais ter se dedicado exclusivamente a um trabalho que tratasse do tempo em psicanálise, mas, em diversos momentos, como no caso clínico do Homem dos Lobos, se refere à temporalidade para tecer suas ideias. Vale ressaltar que o tempo em psicanálise não pode ser visto somente a partir de um viés teórico, é preciso destacar como esta temática se insere num contexto sobretudo clínico, ou seja, trata-se de um tema que é imposto pela própria experiência clínica.

O tempo lógico de Lacan pode servir para esta pesquisa não só como a principal referência teórica e clínica, mas também como a base mais fundamental para os desdobramentos deste trabalho. O tempo lógico certamente representa uma articulação temporal que jamais havia sido estabelecida anteriormente no campo psicanalítico. Sendo assim, procuraremos estabelecer como a atemporalidade do inconsciente se mostra verdadeira tão somente quando se trata da ordenação cronológica.

O objetivo principal deste trabalho será trilhar um breve percurso em direção à definição do tempo lógico, procurando problematizar algumas questões específicas que o enigma lacaniano comporta e que podem ajudar a responder às questões levantadas

anteriormente. Mas, para isso, partiremos primeiro de Freud, procurando demonstrar a ausência de linearidade temporal nas formações do inconsciente. A cronologia, dentro desta perspectiva, seria apenas uma forma de se conceber o tempo, sendo que a marca principal do inconsciente seria a ausência de tempo, o que demonstra a necessidade de pensarmos para além da cronologia para concebermos um tipo de lógica que inclua uma dimensão temporal.

O ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho será, portanto, um primeiro capítulo que tratará da questão da não linearidade do tempo. Será feita uma discussão a respeito da crítica à visão de uma temporalidade meramente cronológica ou linear em Freud, tendo como ideia central o conceito de *nachträglich*. Veremos como as diferentes traduções que o termo recebeu podem implicar em concepções temporais distintas, sendo que nas edições em português ele foi geralmente traduzido pela expressão latina *a posteriori*. Faremos uma crítica à ideia da existência de uma flecha do tempo, ou seja, um tempo que se localizaria supostamente no presente e rumaria em direção ao futuro portando como conteúdo todas as particularidades do passado.

Muito pelo contrário, mostraremos como em psicanálise é preciso que pensemos num futuro permanentemente aberto e submetido ao tempo verbal do futuro anterior, na medida em que as próprias formações do inconsciente *terão sido* e não possuem uma permanência que as congele nas certezas do presente. Em outras palavras, podemos dizer que a não linearidade dos processos psíquicos servirão como uma abertura para uma discussão mais ampla sobre a temporalidade na clínica psicanalítica que vai procurar sobretudo ir de Freud a Lacan, encontrando neste último os desdobramentos mais fundamentais para algumas das premissas evidenciadas pelo primeiro no que diz respeito ao tempo.

Tentaremos ainda dentro desta temática da não linearidade do tempo demonstrar brevemente que a questão do trauma em Freud sofre modificações importantes a partir de 1920. Vamos nos concentrar exclusivamente nos aspectos temporais que envolvem a teoria traumática das neuroses neste período histórico de constituição da psicanálise. Por fim, neste primeiro capítulo vamos também tecer alguns comentários a respeito das construções que são feitas pelo psicanalista durante o processo analítico, demonstrando como tais construções portam necessariamente a marca do *a posteriori*.

No capítulo dois, procuraremos trabalhar o tempo lógico propriamente dito, momento da pesquisa no qual buscaremos sublinhar a função da pressa na lógica, tentando demonstrar o

lugar das três diferentes modalidades temporais na solução do sofisma. Destacaremos também o valor das moções suspensas para o processo lógico, circunscrevendo a dimensão do ato que lhe é subjacente. Vamos ainda salientar algumas das modificações inseridas por Lacan em 1966 na versão do texto que trata sobre o tempo lógico por ele primeiramente escrito em 1945. Acreditamos que marcar os pontos modificados por Lacan neste escrito é importante justamente porque pode ajudar a esclarecer algumas passagens deste texto, que é a principal base e fundamento para a construção desta pesquisa.

Interessa-nos destacar desde o início que o tempo lógico em Lacan possui uma relação muito próxima com o conceito de sujeito em psicanálise e com a questão do ato, razão pela qual procuraremos circunscrever dentro da temática do tempo lógico relações possíveis entre estes temas. Desta maneira, daremos ênfase à discussão a respeito do sujeito e sua relação com o ato, tentando delimitar uma característica particular do ato analítico, que é a de não comportar em seu próprio instante a presença do sujeito. Mas o que se entende como o conceito de sujeito em psicanálise e o que seria de fato o ato analítico? O capítulo dois tentará dar conta destas questões abrangentes, circunscrevendo relações específicas entre sujeito, ato e o tempo lógico em psicanálise.

Nossa atenção recairá, portanto, não só sobre a questão do tempo lógico, mas também sobre a articulação entre sujeito e ato, tendo como pano de fundo a questão do tempo. Na apresentação do sofisma que serve de base para Lacan, é mostrada uma situação que, a rigor, não comporta uma solução correta. Em outras palavras, na total ausência de uma certeza que poderia ser atingida após algum processo dedutivo, é somente na dimensão do ato que uma saída para a questão colocada pelo enigma do tempo lógico pode ser atingida.

Em outras palavras, partiremos da hipótese de que o tempo lógico é um texto que diz respeito principalmente ao sujeito e ao ato, já que devemos levar em conta que o sujeito precipita sua certeza num ato que não comporta espaço para dúvida. A certeza do tempo lógico não é atingida após a dúvida, mas sim se antecipa à própria dúvida, encontrando no ato de saída da cela a solução do enigma e a liberdade final dos prisioneiros.

Desta maneira, a elaboração de um trabalho que privilegie a colocação em pauta das relações entre sujeito e ato é importante para o desdobramento de questões específicas que o tempo lógico comporta. De que sujeito se trata no sofisma lacaniano? Por que a certeza só pode advir em ato? Por que no instante do ato não há sujeito? Estas serão algumas das

principais questões que tentaremos desenvolver no segundo capítulo, na expectativa de que elas possam ajudar na elucidação de algumas inquietações que o tempo lógico de Lacan pode suscitar.

No capítulo três, mostraremos como a psicanálise é uma prática que exige necessariamente da parte do analista um manejo bastante específico da temporalidade subjetiva. Desta maneira, introduziremos a questão do momento mais oportuno da intervenção do analista, sublinhando como o cálculo temporal relativo à intervenção clínica é uma questão de tato, como salienta Freud em alguns momentos de sua obra. Ainda dentro desta perspectiva, levaremos em consideração as modificações introduzidas por Lacan no que diz respeito ao tempo da sessão analítica e seu corte, buscando uma articulação com o tempo lógico.

Trabalharemos algumas passagens do caso clínico do Homem dos Lobos, nos concentrando em dois aspectos temporais principais que o caso clínico evidencia. Por um lado, a construção fantasmática da cena de coito entre os pais do paciente de Freud mostra como o conceito de *nachträglich* se insere numa posição central no que diz respeito ao próprio processo analítico e ao passado que é historiado através da fala. Retomaremos o papel das construções feitas em análise, tentando delimitar os aspectos temporais que nelas estão em jogo.

Por outro lado, neste caso clínico Freud marca uma data para o fim de análise, o que causa uma série de efeitos que tentaremos problematizar. O que estará em jogo neste terceiro capítulo será, portanto, uma breve análise do caso clínico do Homem dos Lobos do ponto de vista da temporalidade. Não vamos nos aprofundar nos mais diversos aspectos clínicos, como a questão do diagnóstico, por exemplo. O que nos interessa no caso do Homem dos Lobos é somente o processo de montagem da cena traumática relatada pelo paciente de Freud e a delimitação de uma data para o fim do tratamento.

Neste capítulo três, portanto, tentaremos trabalhar a intervenção do analista como um ato que engendra um antes e um depois na cadeia de significantes do analisante. Desta maneira, procuraremos problematizar a função do corte no discurso como um operador clínico fundamental no que diz respeito ao processo de análise. Para o desenvolvimento deste terceiro capítulo, retomaremos a importância do escrito sobre o tempo lógico na tentativa de responder às principais questões elencadas anteriormente e que servirão como fundamento para nossa

pesquisa. Procuraremos neste último capítulo sintetizar as perguntas suscitadas ao longo da pesquisa, na tentativa de problematizá-las e situá-las em relação à clínica psicanalítica.

Capítulo 1 A Não Linearidade Temporal dos Processos Psíquicos e a Importância do Conceito de *Nachträglich*

1.1 Por uma Temporalidade Não Linear

A origem etimológica da palavra *tempo* remete a dois verbos gregos que significam prolongar e cortar, o que inevitavelmente nos remete às particularidades do tempo cronológico, um tempo que pode receber cortes e medidas (Gondar, 1995, p.24). Contudo, ao analisar derivados mais arcaicos do termo *tempo*, mais precisamente do termo latino *tempus*, podemos perceber que ele serviu como radical para palavras como *temperar*, *temperança*, *temperamento*, *tempestade*, *intempérie* e *temperatura* (Gondar, 1995, p.24). Desta maneira, podemos destacar logo de início a pluralidade de sentidos do tempo, sublinhando mais precisamente o verbo *temperar*, que inevitavelmente nos remete a uma ideia de mescla de diferentes elementos.

De certa forma, portanto, haveria uma impossibilidade de sistematização universal do termo *tempo*, já que a questão da *mistura* estaria presente na própria constituição da palavra (Gondar, 1995, p.24). O que tentaremos desenvolver ao longo desta pesquisa terá como pressuposto inicial a inexistência de um único tempo em psicanálise. Desta maneira, o que estará na base de nossa pesquisa será a ideia de que a temporalidade pode ser pensada como sendo composta por tempos distintos entre si, sendo a cronologia apenas uma destas diferentes composições.

Certamente esta temática do tempo se insere na obra de Freud em muitos momentos, mesmo que não de maneira totalmente explícita. O tempo certamente se mostra como uma das categorias mais fundamentais para a articulação dos conceitos freudianos, sendo que, a princípio, a temporalidade foi tratada por Freud sobretudo a partir de sua negatividade, ou seja, a partir da *atemporalidade* do sistema inconsciente. Vale notar que o termo *Zeitlos*, utilizado por Freud para se referir à ausência de ordenação temporal cronológica dos processos pertencentes ao sistema inconsciente, significa em alemão literalmente *sem tempo*.

Mas, se Freud afirmava a ausência de tempo do inconsciente, certamente ele se referia sempre ao tempo cronológico, cabendo a Lacan posteriormente a articulação de uma lógica temporal jamais antes costurada com o conceito de inconsciente freudiano (Lacan, 1964/2008,

p.39). O tempo lógico, nesta perspectiva, pode servir para os desdobramentos desta pesquisa como a principal referência, levando-se em conta a heterogeneidade dos tempos que ele envolve.

Nesta primeira parte da pesquisa, defenderemos a hipótese de uma temporalidade não linear em psicanálise, delimitando o alcance teórico e clínico do conceito de *nachträglich* no que diz respeito ao tempo. Acreditamos que este ponto de partida será importante para a construção do trabalho, especialmente para o capítulo subsequente a respeito do tempo lógico em Lacan. Tentaremos, portanto, traçar um percurso que parta primeiro de Freud para depois se aproximar de Lacan, tendo como eixo temático principal a temporalidade em psicanálise.

Nos referiremos sempre ao *nachträglich* como um conceito, já que Lacan frequentemente enfatizou a sua importância e delimitou sua especificidade, um conceito que provavelmente não figuraria no vocabulário freudiano se Lacan não o tivesse extraído da obra de Freud (Lacan, 1967-1968, 22/11/1967). Procuraremos circunscrever a relação do *nachträglich* com a temporalidade, na tentativa de abordar a questão elencada anteriormente – de que passado se trata quando um analisante endereça ao analista sua própria história?

Neste momento inicial vamos retomar, portanto, a importância do conceito de *nachträglich*, salientando de antemão que algumas das diferentes traduções que o termo alemão recebeu implicam de certa forma em concepções temporais distintas. Se por um lado as traduções inglesas (ação retardada, diferida, postergada ou preterida) acabam por enfatizar um determinismo linear do passado em direção ao futuro, por outro, as traduções francesas pelo termo *après coup* (traduzido em português por *só-depois*) colocam em destaque o modo pelo qual as representações se articulam no momento presente (Gondar, 1995, p.47).

Com a introdução do *nachträglich* o que fica patente de fato é a constante recriação do passado em relação ao momento atual, ou seja, as diferentes reordenações das representações a partir do presente. A importância desta concepção temporal não linear fica reduzida nas traduções inglesas que qualificam a ação passada como retardada, diferida, postergada ou preterida, já que assim qualificar a ação implica na noção da flecha do tempo, ou seja, um tempo que se localizou em algum momento no passado, encontra-se atualmente no presente e rumo em direção ao futuro. A introdução do conceito de *nachträglich* mostra que não se trata propriamente daquilo que o sujeito meramente reproduz, mas daquilo que ele rememora,

reconstrói e recria de seu vivido. Não se trata propriamente de memória biológica, mas sim de rememoração (Lacan, 1966a/1998, p.257).

O que o *nachträglich* vem sublinhar é o poder interpretativo de uma cena sobre a outra, desferindo no golpe do só-depois os remanejamentos entre as diferentes representações que ordenavam a história do sujeito de uma maneira determinada. O que está em jogo é, portanto, a constante recriação do passado a partir do momento presente, recriação que se dá sempre num momento posterior (Gondar, 1995, p.48).

É justamente esse só-depois que está presente no termo alemão que significa literalmente trazer depois, posterior ou tardiamente. De certa maneira, as formações do inconsciente – sonhos, chistes, atos falhos – podem ser compreendidas em função de um *a posteriori*. Daí sua importância no que diz respeito ao tema da temporalidade em psicanálise. A retomada do conceito de *nachträglich* deixa claro que o passado que se trata em psicanálise é o passado do *a posteriori*. Neste sentido, não se pode deixar de salientar neste trabalho que as histórias contadas pelos pacientes não se reduzem a meros relatos assépticos do vivido factual de cada analisante.

Em outras palavras, o conceito de *nachträglich* revela como não há um passado preestabelecido que o paciente possa meramente reproduzir em análise, mas sim um processo de rememoração que modifica necessariamente a própria experiência vivida. É justamente tendo esta concepção temporal não-linear em perspectiva que podemos conceber a memória como sendo constituída só-depois.

Portanto, o passado se revela na experiência sempre num momento posterior, sendo o sujeito do inconsciente localizado numa espécie de ponto de evanescência marcado pela dimensão do “terá sido”. De fato, a história não se confunde com o passado, já que ele não está simplesmente dado. Segundo Lacan (1966a/1998):

“O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando.” (Lacan, 1966a/1998, p.301).

Muitas interpretações são possíveis para esta afirmação de Lacan, mas o que queremos sublinhar é que ele não coloca a ênfase no passado, tampouco no presente. O que Lacan destaca é o futuro anterior, sublinhando o que *terei sido* para aquilo em que estou me transformando. Dito de outra maneira, a história não é simplesmente o passado factual do que realmente *foi*, como se houvesse a possibilidade de concebermos um passado estático. A história não é também um perfeito composto do que *está sendo* no momento presente, como se as contingências do presente fossem capazes de portar e organizar todas as particularidades do passado. A história é muito mais o que *terei sido*, localizando num ponto inapreensível do futuro as vicissitudes da temporalidade subjetiva.

Desta forma, sustentamos nesta pesquisa o ponto de vista de uma temporalidade não progressiva que comporte a complexidade do conceito de *nachträglich*. Nesta perspectiva, podemos situar a temporalidade do futuro anterior como uma dimensão imprescindível para se conceber o tempo em psicanálise, sendo que o sujeito do inconsciente não *é*, mas sim *terá sido*. E terá sido sempre necessariamente só-depois. Esta temporalidade, própria das formações do inconsciente, se mostrará importante para tentarmos uma articulação ao longo do trabalho com o tempo lógico de Lacan.

Neste sentido, a história não é o passado propriamente dito, já que ela só se torna o passado quando é historiada a partir das contingências do momento presente (Lacan, 1954/1986, p.21). A reconstituição do passado e a reconstrução de sua própria história são as vertentes que estão em jogo nas concepções de Freud, sendo que a ênfase está colocada de certa maneira mais na reconstrução do que na revivescência (Lacan, 1954/1986, pp.22 e 23). Em outras palavras, não é possível simplesmente relembrar o passado como se ele já estivesse dado, pois a reconstrução estará sempre necessariamente presente no processo de rememoração.

O que a experiência analítica revela não é um passado estático, mas sim um passado permanentemente sujeito a novos rearranjos e ressignificações. A partir das diferentes configurações das representações psíquicas, o passado é constantemente reconstruído pela perspectiva do momento presente, uma reconstrução que se opera na medida em que se fala. Esta reconstrução se dá *a posteriori*. Os percursos que levam às construções em análise só podem ser concebidos através de uma noção de tempo que não inclua meramente a dimensão

cronológica, mas que leve em consideração que as histórias relatadas pelos pacientes caminham sobretudo por uma temporalidade não linear.

Em psicanálise, portanto, estamos diante de tempos não progressivos quando se trata dos processos psíquicos. De certa maneira, Freud recorreu ao tempo inúmeras vezes ao longo de suas obras na tentativa de desenvolver seus conceitos. Um exemplo disso é a teoria traumática das neuroses, que envolve necessariamente o tempo, sendo que o conceito de *nachträglich* figura como pano de fundo desta questão. Contudo, embora a temporalidade tenha sua inserção no desenvolvimento da teoria traumática das neuroses principalmente a partir do conceito de *nachträglich*, não significa que esta seja a única modalidade de tempo que Freud elaborou em relação ao trauma.

Sabemos que mesmo bem antes da publicação de *A Interpretação dos Sonhos* (1900) já encontramos em Freud referências importantes relativas à questão do traumático. Em colaboração com Breuer, ele sublinha uma característica importante relativa à fala evidenciada pela clínica das histerias, salientando que aquilo que está em pauta no processo analítico é geralmente uma experiência da qual o paciente não gosta de falar (Freud, 1893/1996, p.39). Cabe destacar deste período a relação que é tecida entre as ofensas sofridas e o trauma, conferindo destaque a uma situação na qual a não resposta diante de determinada situação transformaria a ofensa sofrida em ofensa *traumática* propriamente dita.

Breuer e Freud já conferem certa ênfase à questão do tempo, demonstrando uma desproporção existente entre a breve ocorrência que provoca os sintomas histéricos e o longo tempo de permanência dos mesmos, como tiques, vômitos e perturbações da visão, que persistiam por vezes durante anos (Freud, 1893/1996, p.40). As causas desencadeadoras dos sintomas histéricos são chamadas por Freud e Breuer de *traumas psíquicos*, e a relação causal entre o fenômeno observado e a causa precipitante estão no centro da discussão (Freud, 1893/1996, p.41). A presença do trauma é descrita como um corpo estranho que, mesmo após longos períodos de tempo após sua entrada, continua tendo seus efeitos, permanecendo em ação (Freud, 1893/1996, p.42).

Desta maneira, a partir da insistência da ação do trauma e de sua entrada como corpo estranho, será conferida certa primazia para a questão da memória ao afirmar que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (Freud, 1893/1996, p.43). Sendo assim,

Breuer e Freud se perguntarão se houve uma reação energética adequada às situações potencialmente traumáticas, sendo que o apagamento da lembrança e a perda do seu afeto estariam diretamente relacionadas a essa reação ou não reação (Freud, 1893/1996, p.44).

Freud de certa forma localiza o problema da histérica no campo da memória, não reduzindo suas questões a uma lesão anatômica, nem tampouco a uma invenção da imaginação. Existe um traço que se dá na memória e uma intensificação dos traços nas situações que remetem ao traumático. O trauma, entendido como acontecimento de ordem estritamente sexual, envolveria basicamente três tempos: uma sedução real na infância que se inscreveria como uma primeira cena, uma sedução real na adolescência de algum modo similar à anterior que se inscreveria como uma segunda cena e, por último, o efeito da segunda cena sobre a primeira, um efeito de posterioridade interpretativa. Esta promoção da produção de um sentido que não havia anteriormente se dá *nachträglich*, ou seja, só-depois.

Neste momento inicial da psicanálise, Freud já se depara, portanto, com questões que remetem a uma temporalidade não linear dos processos psíquicos. Mas, talvez tenha sido principalmente a partir de 1920 que a teoria do trauma encontrou pontos de ruptura que remetiam cada vez mais para a questão do tempo. Após os horrores deflagrados pela I Guerra Mundial (1914-1918), começaram a aparecer na clínica casos muito particulares de pessoas que apresentavam sonhos traumáticos, os quais não obedeciam ao princípio de prazer, sonhos que insistiam em se repetir mesmo não trazendo prazer para instância psíquica alguma. Tais quadros clínicos, conhecidos como as neuroses de guerra, serão o ponto de partida principal para a discussão a respeito do trauma e sua relação com a temporalidade neste outro momento da teoria freudiana.

Neste sentido, *Além do Princípio de Prazer* (1920) representa um divisor de águas fundamental em relação aos tempos do trauma. Nesta grande virada teórica, Freud classifica como traumáticas as situações nas quais a barreira protetora contra os estímulos é de alguma forma atravessada, um momento de ultrapassagem e rompimento deste escudo protetor (Freud, 1920/1996, p.39). Pode-se elencar logo de início, portanto, duas características principais do trauma – uma grande quantidade de excitação e *um instante de tempo muito curto entre o estímulo e sua recepção*. Sendo assim, Freud dá ênfase ao fator da *surpresa*, colocando a categoria de susto (*Schreck*) na centralidade dos eventos traumáticos. Aquilo que constitui o trauma é, portanto, a ausência de angústia-sinal que pudesse servir como preparo para o grande afluxo de energia excedente que inunda o psiquismo (Freud, 1920/1996, p.41).

Freud destaca, portanto, duas características principais das situações traumáticas – excesso de excitação e instante de tempo curto entre estímulo e recepção. Podemos dizer que a primeira delas enfatiza de maneira evidente os aspectos quantitativos em jogo nas situações traumáticas. O organismo, diante de um excedente energético de excitabilidade, acaba por se tornar desprotegido e vulnerável. Podemos dizer que o aparelho psíquico foi inundado por este excesso de estimulação que rompeu as barreiras protetoras, sendo que a *proteção contra* os estímulos seria, para Freud, justamente uma das funções mais primordiais dos organismos vivos (Freud, 1920/1996, p.37).

Por outro lado, o instante de tempo muito breve entre o estímulo e sua recepção constituem o que Freud chama de susto (*Schreck*), que não é um sinônimo de angústia (*Angst*), tampouco de medo (*Fürcht*), palavras que por vezes são erroneamente igualadas (Freud, 1920/1996, p.22). Vamos destacar, portanto, como a categoria de susto se configura como palavra-chave no que diz respeito a esta nova concepção das situações traumáticas. Segundo Freud (1920/1996):

“A ‘ansiedade’ (*Angst*) descreve um estado particular de esperar o perigo ou preparar-se para ele, ainda que possa ser desconhecido. O ‘medo’ (*Fürcht*) exige um objeto definido de que se tenha temor. ‘Susto’ (*Schreck*), contudo, é o nome que damos ao estado em que alguém fica, quando entrou em perigo sem estar preparado para ele, dando-se ênfase ao fator da surpresa. Não acredito que a ansiedade possa produzir neurose traumática; nela existe algo que protege o seu sujeito contra o susto e, assim, contra as neuroses de susto” (Freud, 1920/1996, p.22).

Dentro desta perspectiva, o trauma será analisado em sua relação com o tempo, a partir principalmente de uma *temporalidade do instante* na qual os mecanismos de antecipação não encontram tempo suficiente para se presentificar (Cosentino, 1998/2006, p.82). É justamente a ausência de angústia (mais especificamente a ausência de angústia-sinal) que se coloca nas situações de trauma, produzindo reverberações impactantes no aparelho psíquico e seu funcionamento. Uma das evidências clínicas mais importantes está situada no plano onírico, através dos pesadelos repetitivos que remetiam o sonhador de volta para a situação que originou o trauma.

Os sonhos traumáticos colocaram para Freud, a partir do fenômeno da repetição, impasses no que diz respeito à dominância do princípio de prazer. O que se observava era a insistência do trauma em se fazer lembrar, insistência relativa ao que no real se apresenta

como inassimilável (Lacan, 1964/2008, p.60). Os sonhos traumáticos das neuroses de guerra eram sonhos que não traziam prazer para instância psíquica alguma, impondo nos horrores dos pesadelos o retorno às situações traumáticas. Eles podem surgir ao longo de uma análise remetendo o sonhador novamente para situações de angústia, proibições, castigo e decepções (Cosentino, 2004, p.8).

No caso dos traumas de guerra, esta repetição do pesadelo seria uma tentativa por parte do aparelho psíquico de ligar a energia excedente oriunda do momento traumático e desta forma tentar realizar a descarga. Mas os sonhos traumáticos sobrepujam o princípio de prazer e evidenciam o seu além, mostrando que a compulsão à repetição é constitutiva do psiquismo. É válido ressaltar aqui uma diferença entre prazer e satisfação – nos sonhos traumáticos não há prazer para instância psíquica alguma, mas a pulsão de morte encontra satisfação.

Desta maneira, podemos pensar o fenômeno da compulsão à repetição como uma espécie de mecanismo de domínio do excesso que engendrou o trauma. Recordar o momento traumático a partir dos sonhos de repetição seria basicamente uma forma de tentativa de elaboração psíquica em relação ao trauma, já que houve uma falha dos mecanismos de antecipação do aparelho psíquico, lançando o organismo no mais absoluto desamparo. É a relação entre *trauma* e *intensidade* que se coloca em pauta no pensamento freudiano deste momento, fundando na falha da antecipação e na ausência de proteção contra o perigo as bases principais da etiologia do trauma. No momento traumático, o que fracassa por excelência é o princípio de prazer, que é posto fora de ação. As excitações encontram uma abertura no escudo protetor do psiquismo por conta da falha dos mecanismos protetivos simbólicos, o que demonstra de maneira evidente a imperfeição do aparato anímico (Cosentino, 2004, p.7).

É interessante salientar ainda a constatação de Freud de que os danos físicos ao organismo que são causados pelas situações traumáticas diminuem a probabilidade de que uma neurose se desenvolva posteriormente. Para tanto, ele leva em conta dois fatores principais – a agitação mecânica, considerada como uma das fontes da excitação sexual e também a redistribuição da libido decorrente das situações de moléstias orgânicas (Freud, 1920/1996, p.43). A neurose geralmente se desenvolveria, portanto, nas situações traumáticas em que o organismo não foi lesado fisicamente.

Isso se daria justamente pela redistribuição da libido que ocorre em determinadas

situações, como no caso de uma moléstia orgânica que assola um paciente melancólico e provoca uma temporária diminuição nos sintomas da melancolia, por exemplo (Freud, 1920, 1996, p.43). Por outro lado, a agitação mecânica proveniente das situações traumáticas, como no caso de acidentes e guerras, liberaria uma quantidade tão grande de excitação sexual que ela teria um efeito de trauma justamente pela ausência de angústia-sinal (Freud, 1920/1996, p.43). Se um ferimento no corpo acontece no momento do trauma, isso pode de certa maneira mobilizar uma boa parte da catexia libidinal para aquela parte do corpo afetada, podendo poupar a pessoa do trauma.

Em suma, a vertente que queremos sublinhar na construção deste trabalho em relação ao trauma é a relação muito íntima existente entre a ideia de antecipação defensiva e a questão da temporalidade. A teoria de Freud posterior a 1920 considera como base etiológica principal do trauma a falta de um tempo suficiente para se preparar para o perigo. É na temporalidade de um curto instante que o excesso energético inunda o aparelho psíquico e engendra o trauma. Por um lado, excesso energético que invade o psiquismo. Por outro, um curto instante que encontra uma brecha na falha da antecipação necessária para os mecanismos defensivos se presentificarem.

Todo o modo de funcionamento do aparelho psíquico aponta, portanto, para o futuro anterior, ou seja, o tempo do trauma é antes de tudo o tempo do *a posteriori*. Em outras palavras, só-depois da situação traumática é que poderemos situar o trauma propriamente dito, sendo que o *nachträglich* é a marca da interpretação de determinado acontecimento como acontecimento traumático. A teoria traumática das neuroses encontrou pontos de ruptura e reformulações importantes ao longo do desenvolvimento da psicanálise, sendo que o tempo se colocou frequentemente como uma das categorias de análise mais importantes para tais mudanças.

Podemos nos perguntar, por fim, como pode o psicanalista ter acesso às lembranças traumáticas do paciente senão através da fala? Já vimos que o passado em psicanálise não está simplesmente dado, precisando ser necessariamente reconstruído durante o processo analítico. Sendo assim, vamos agora encaminhar o tema da não linearidade do tempo para as construções em análise, momento no qual o analista tenta restituir algumas das lacunas da história do analisante.

1.2 Construções em Análise

Ao longo do processo analítico, o psicanalista frequentemente se depara com grande quantidade de material mnêmico, como lembranças infantis e memórias remotas de antigas fases da vida do paciente, distantes no tempo e na história atual do analisante. Freud indica que grande parte desse material é proveniente dos sonhos do analisante distorcidos pela censura, do seu discurso que é induzido pela associação-livre e, por fim, das ações do próprio paciente que mostram, a partir do fenômeno da repetição, relações com materiais recalcados que aparecem tanto no laço transferencial com o analista, quanto na vida do paciente fora da análise (Freud, 1937a/1996, p.272).

É preciso, através desse material fornecido pelo analisante, tentar restabelecer os anos esquecidos do paciente, sem perder de vista que este é um trabalho feito por duas pessoas – analisante e analista (Freud, 1937a/1996, p.272). Desta maneira, não há um mero resgate de um passado estático e factual, mas sim uma espécie de trabalho conjunto entre duas pessoas neste caminho de recriação do passado do analisante. Freud traça uma comparação interessante entre o trabalho do analista e do arqueólogo, salientando que o trabalho de *escavação* se faz notar em ambos (Freud, 1937a/1996, p.273). É a partir da fala do paciente que o analista vai gradualmente escavando o passado, podendo observar como a história vai se construindo a partir do discurso estimulado pela associação-livre.

Esta analogia freudiana que aproxima a psicanálise da arqueologia certamente remete ao tempo, já que o inconsciente não se esquece de nada, nele todo o passado se acha absolutamente preservado. No sistema inconsciente, todos os processos são atemporais, ou seja, “*não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo*” (Freud, 1915/1996, p.192). A ideia do tempo cronológico propriamente dito estaria ligada ao sistema percepção-consciência, sendo mais especificamente proveniente de uma descontinuidade entre a percepção e a consciência (Freud, 1924/1996, p.261). O descompasso imperfeito deste sistema engendraria, portanto, a concepção de tempo cronológico tal como é experienciada na vida cotidiana.

Mas mesmo que a analogia de Freud entre psicanálise e arqueologia remeta ao tempo, podemos traçar algumas nuances entre as duas atividades. Há, naturalmente, diferenças óbvias entre o trabalho de escavação do arqueólogo e o trabalho do psicanalista. Contrariamente ao arqueólogo, o analista não visa somente à reconstrução como um objetivo final, mas sim a utiliza como um processo preliminar de seu trabalho como um todo (Freud, 1937a/1996, p.274). Sendo assim, as construções feitas em análise não são um fim em si, mas sim um meio através do qual se restituem parcialmente os vazios existentes na história do indivíduo.

Por outro lado, diferentemente de um passado soterrado e morto esperando para vir à tona, como no caso do arqueólogo que escava, o analista está diante de um passado vivo e aberto, permanentemente sujeito a remodelações e diferentes remanejamentos de acordo com as circunstâncias do momento presente. No aparelho psíquico tudo se encontra preservado, como nos raros casos arqueológicos da tumba de Tutancâmon ou Pompéia (Freud, 1937a/1996). No psiquismo, segundo Freud (1937a):

“mesmo coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes, de alguma maneira e em algum lugar, e simplesmente foram enterradas e tornadas inacessíveis ao indivíduo. Na verdade, como sabemos, é possível duvidar que alguma estrutura psíquica possa realmente ser vítima de destruição total” (Freud, 1937a/1996, pp.273 e 274).

O analista, de certa maneira, não trabalha com um material destruído como o arqueólogo, mas com um material vivo à sua disposição, através da fala presentificada pelo paciente (Freud, 1937a/1996, p. 273). Sendo assim, uma de suas tarefas seria construir ou completar o que foi esquecido pelo analisante, de maneira que possa, através dos mais diferentes rastros e vestígios apontados pelo paciente, auxiliar nas construções deste material (Freud, 1937a/1996, p.272). Mas só podemos chegar até este material através de uma espécie de processo de escavação psíquica que não apenas desvela um conteúdo, mas sim o reconstrói.

Vale lembrar que desde seus primeiros estudos com Breuer, Freud deu cada vez mais importância ao plano da realidade psíquica, se aproximando da realidade fantasmática da experiência psíquica. Um exemplo claro deste descentramento se mostra no abandono da teoria da sedução traumática. Esta teoria incluía necessariamente a concepção do trauma

como acontecimento real, ou seja, a criança teria sido abusada por um adulto perverso. Com o passar do tempo, Freud abandona gradualmente a teoria da sedução e faz a passagem à fantasia, operando um deslocamento que tem por efeito dar maior importância à realidade psíquica em detrimento da realidade material. Este ponto de virada da teoria do trauma dá maior ênfase ao plano fantasmático da experiência psíquica.

Dito de outra forma, o que estaria em jogo nesta nova concepção do trauma não seria propriamente a sedução factual de um adulto, mas sim o destaque da fantasia como operador etiológico primordial do trauma. Freud elenca, na sua correspondência com Fliess, quatro principais motivos que o levaram a não acreditar mais em sua *neurótica* (teoria das neuroses) (Freud, 1897/1996, p.315). Em primeiro lugar, a ausência de êxito em muitos casos clínicos que ele acreditava até então compreender seguramente; em segundo, o fato de ter que apontar necessariamente todos os pais como perversos para sustentar a teoria da sedução; em terceiro, a descoberta de que o inconsciente não distingue de fato a verdade e a ficção; e, por último, a impossibilidade das lembranças inconscientes superarem de modo completo as barreiras da resistência do consciente, o que evidenciava a importância das *construções fantasmáticas* nas lembranças relatadas pelos analisantes (Freud, 1897/1996, p.316).

Todos estes diferentes fatores colocavam em xeque sua teoria das neuroses tal como fora elaborada até então. Desta maneira, conferindo maior importância ao relato das lembranças do que propriamente à factualidade destes relatos, a psicanálise se desloca de qualquer referência unicamente perceptiva e se aproxima cada vez mais da fantasia. Quando falamos das construções em análise nos referimos principalmente às construções do psicanalista, mas não podemos concebê-las sem levar em conta o plano fantasmático da experiência psíquica – seja do analisante, seja do analista.

O que queremos salientar ao trazer à tona a importância das construções em análise é principalmente seu aspecto temporal. A cronologia, tal como vimos, é apenas o efeito de um descompasso entre percepção e consciência. O que é determinante nas construções em análise não é o plano cronométrico do tempo, mas sim seu plano subjetivo. As construções são feitas sempre num momento posterior da vida. Sabemos que o inconsciente não se organiza cronologicamente e que suas formações possuem a marca do *terá sido*. Desta maneira, é somente a partir da perspectiva de um passado permanentemente aberto e vivo que as construções em análise são possíveis.

O analista está sempre à procura do que foi esquecido pelo paciente e o modo como o primeiro comunica suas construções ao segundo é determinante em relação ao vínculo entre ambos (Freud, 1937a/1996, p.272). Neste sentido, o analista precisa calcular o momento de comunicar suas construções ao analisante, sempre atentando para a possibilidade destas construções não serem aceitas como verdadeiras pelo paciente.

Naturalmente, as construções em análise são geralmente eficazes justamente pelo caráter recuperador de uma experiência supostamente esquecida, portando em si mesmas um elemento de verdade histórica (Freud, 1937a/1996, p.282). Exatamente por isso elas não se constituem em elementos unicamente factuais da realidade, sendo muito mais um processo de reconstrução que envolve necessariamente a experiência da criação. Em outras palavras, é preciso que levemos em conta que as lembranças que são reconstruídas durante o processo analítico estão necessariamente permeadas pela fantasia.

Freud pontua que estas lembranças supostamente esquecidas pelo analisante amiúde se tornam extremamente claras (*überdeutlich*) quando uma construção é apropriadamente comunicada pelo analista (Freud, 1937a/1996, p.280). Contudo, apesar da nitidez acentuada da lembrança reconstruída, muitas vezes a ênfase mnêmica é posta em elementos secundários e aparentemente sem importância, concentrando boa parte da atenção em pormenores da cena recuperada – o que significaria dizer, em outras palavras, que uma *resistência* obteve êxito (Freud, 1937a/1996, pp.280 e 281).

Sendo assim, Freud destaca o mecanismo do *deslocamento* como responsável por esta mudança de foco da memória, assim como fizera em suas primeiras publicações psicanalíticas no artigo sobre as *Lembranças Encobridoras* (1899). Podemos dizer que logo nos primórdios da psicanálise, Freud se interessa pelos fenômenos dos esquecimentos, lapsos, atos falhos e distúrbios da memória. Ele se debruça já nesta época sobre os indícios que apontam para uma relação bastante próxima entre a vida infantil e o conteúdo psíquico das neuroses (Freud, 1899/1996, p.288).

É válido notar que Freud é bastante claro quando sublinha que o material encontrado nas lembranças não é simplesmente *proveniente* de um período anterior da vida, mas sim *relativo* a um momento anterior, ou seja, as lembranças não *emergem* assepticamente do passado do analisante, mas sim são *formadas* posteriormente no momento presente (Freud, 1899/1966, p.304). Há, portanto, um processo de elaboração que forja as lembranças de

determinada maneira, de acordo com as contingências da história de vida de cada um, provocando sempre um novo rearranjo das representações no aparelho psíquico. Nas construções que analista e analisante produzem durante a operação analítica, esta elaboração psíquica se torna evidente.

Jacques Alain-Miller propõe uma leitura minuciosa de *Construções em Análise* (1937), salientando que a palavra *construção* designa tanto o trabalho arqueológico de escavação empreendido pelo analista, quanto a relação que este último estabelece com o material recalcado pelo analisante, ou seja, aquilo que o trabalho de análise não chega a recuperar de fato (Miller, 1994/2011, p.2). Miller situa as construções em análise num lugar intermediário entre interpretação e teoria, na medida em que aquilo que está no centro da discussão de Freud é o trabalho do analista, ou seja, aquilo que ele diz e faz durante o processo analítico (Miller, 1994/2011, pp.3 e 4).

O texto de Freud sobre as construções em análise se divide em três partes – a primeira trata da construção como trabalho do analista, a segunda diz respeito à comunicação da construção e a resposta do paciente e, por fim, a terceira parte abre outras perspectivas para a questão, que tentaremos abordar brevemente a seguir (Miller, 1994/2011, p.4). O que está em jogo é principalmente o material recalcado pelo analisante, um tipo de material que vem à tona em pequenos fragmentos que são cuidadosamente reunidos pelo analista através de seu trabalho, que consiste preliminarmente em juntar estes pequenos fragmentos e formar um todo coerente (Miller, 1994/2011, p.5).

É interessante notar que, assim como no texto da *Negativa* (1925), pouco importa se o paciente concorda ou não com as construções do analista. Isto não quer dizer que o analista esteja sempre certo em suas formulações, mas sim que o analisante erra na sua relação com o inconsciente (Miller, 1994/2011, p.6). De certa forma, não é possível extrair uma verdade material e factual, estabelecendo uma relação estritamente direta com o inconsciente, como se houvesse uma verdade pronta esperando para vir à tona. Cabe aqui relativizar a própria noção de verdade, sendo que as construções apontam justamente para aquelas representações que não poderão jamais ser resgatadas da maneira que foram, uma vez que já não são mais. Modificadas por novos rearranjos, elas apresentam necessariamente lacunas intransponíveis que nem mesmo o trabalho de análise poderá resgatar.

Por essa razão, será preciso reconstruir. No ponto onde se torna impossível recordar, o paciente geralmente repete, sob as condições da resistência, suas inibições e traços patológicos (Freud, 1914a/1996, p.167). Repete pela atuação sem saber que de fato está repetindo, interrompe o tratamento ou se enamora pelo analista, por exemplo, substituindo o impulso a recordar pela compulsão a repetir (Freud, 1914a/1996, p.166). Neste momento de impossível recordação é que devem entrar as construções do analista. Pouco importa que estas construções não carreguem em si a verdade material do passado do paciente. A convicção da verdade da construção equivale, a rigor, à própria lembrança esquecida pelo analisante (Miller, 1994/2011, p.7).

É válido pontuar ainda que as construções não são propriamente interpretações por parte do analista. Enquanto estas geralmente ressoam a partir da incidência em um elemento específico, aquelas cumprem muito mais a função de ligar diversos elementos entre si (Miller, 1994/2011, p.14). Dito de outra forma, enquanto a interpretação pode incidir num significante, abalando seu significado, as construções buscam sobretudo restituir alguns dos vazios existentes na história do analisante, sem necessariamente buscar uma equivocação do sentido.

O sentido que se busca com a interpretação não é o sentido do senso comum, mas sim o sentido inconsciente, de maneira que interpretar significa necessariamente operar com o encadeamento significante (Bastos e Ribeiro, 2015, p.36). Por outro lado, as construções que são comunicadas pelo analista ao paciente portam certa coerência consensual, como se fossem retalhos da história do analisante cuidadosamente costurados pelo analista. Já a interpretação tem um efeito de furo que reverbera *a posteriori*, podendo servir como corte entre significante e significado (Bastos e Ribeiro, 2015, p.38). Construir, nesta perspectiva, não é interpretar.

Um termo interessante que Freud introduz quando fala das construções é *verdade histórica*, expressão utilizada quando, na terceira parte do texto, ele traça uma analogia entre os delírios e as construções em análise. Ambos podem ser vistos como tentativas de explicação e de cura (Freud, 1937a/1996, p.282). Muito mais do que um produto patológico, o delírio é a própria tentativa de restabelecimento, assim como a construção feita pelo analista é uma tentativa de explicação feita através de fragmentos, como na montagem de um quebra-cabeça. Mas, neste caso, o quebra-cabeça estará sempre necessariamente fragmentado e

faltarão algumas peças, cabendo ao analista cobrir alguns dos espaços vazios a partir do material de que dispõe.

Freud salienta que mesmo nos delírios é possível perceber um elemento de verdade histórica que é inserido no lugar da realidade que foi rejeitada, sendo que a convicção da crença neles provavelmente advém de fontes infantis (Freud, 1937a/1996, pp.281 e 282). Não há como desconstruir a realidade do delírio, já que ele porta a marca da certeza, principalmente a partir deste elemento de verdade histórica. Tanto o delírio como as construções em análise, portanto, podem ser considerados como substitutos do fragmento de realidade rejeitado e esquecido num passado distante (Freud, 1937a/1996, p.282).

Não podemos sustentar uma concepção somente cronológica desta verdade histórica, já que uma marca do psiquismo é justamente o *a posteriori*, como já salientamos anteriormente. É claro que a cronologia se impõe, mas o que está em jogo aqui é que a questão da verdade histórica não depende somente do passado, mas de algum ponto que pertence ao futuro, sendo que é sempre a partir do futuro que se pode conceber o sentido de um fato do passado (Miller, 1994/2011, p.12). O remanejamento dos fatos do passado só pode se apresentar de maneira posterior, ou seja, *nachträglich*.

Capítulo 2 O Tempo Lógico de Lacan

2.1 *Os Três Tempos e o Lugar das Duas Moções Suspensas na Solução Final do Sofisma*

No primeiro capítulo trabalhamos a ideia de uma temporalidade não linear evidenciada sobretudo pelo conceito de *nachträglich* em Freud. Mostramos como as construções feitas em análise comportam toda uma característica de composição que não modifica o passado como se ele já estivesse dado e sujeito a retorções, mas sim ajuda a recriá-lo constantemente, realizando uma espécie de montagem na história do analisante. Mostramos também como a cronologia é apenas uma forma de se pensar a temporalidade em psicanálise, desenvolvendo brevemente as teorias do trauma em Freud pela perspectiva do tempo.

O que esteve em pauta até aqui foi basicamente, portanto, a não linearidade do tempo em psicanálise. Seja a partir do conceito de *nachträglich*, seja a partir das diferentes teorias do trauma em Freud ou ainda pelo viés das construções em análise, o que procuramos salientar foi a pluralidade de tempos que os conceitos psicanalíticos envolvem. Agora vamos nos dedicar neste segundo capítulo especificamente ao tema do tempo lógico. Partindo do pressuposto de que no tempo lógico lacaniano não se trata de cronologia, quais dimensões temporais estariam aqui em jogo?

Em seu escrito *O Tempo Lógico e a Asserção de Certeza Antecipada – um Novo Sofisma* (1966), Lacan mostra a incidência de uma lógica temporal que se distingue da ordenação cronológica, abordando um problema a partir da análise de três diferentes tempos entremeados por duas escanções suspensivas. Vamos tentar destacar cada um destes tempos e pensar a função das escanções para o processo lógico. Estas escanções, constituintes do tempo lógico, se configuram como tempos de parada que funcionam como um corte na passagem entre uma modalidade temporal e outra.

Este escrito de Lacan sobre o tempo lógico foi uma das obras que mais recebeu alterações na publicação feita em 1966. Na sessão subsequente analisaremos algumas das passagens que foram modificadas, a fim de dar maiores contornos à questão do tempo lógico e, mais especificamente, à importância das escanções suspensivas ou moções suspensas (Lacan usa as duas expressões) para o movimento lógico. Sabemos que o texto original foi escrito em 1945, para compor uma coleção de textos dos *Cahiers D'Art*, uma revista de arte que foi publicada de 1926 a 1960 na França. Dentre as publicações incluíam-se, por exemplo, textos de Bataille, Bachelard, Eluard, além de reproduções de obras de grandes pintores, como Picasso e Matisse (Porge, 1989/1998, p.19).

O texto do tempo lógico foi um escrito pelo qual Lacan tinha bastante estima, a ponto de referir-se a ele como “meu pequeno sofisma pessoal” (Porge, 1989/1998, p.12). Em diversos momentos de seu ensino, ele retomou a importância deste texto, que se tornou referência essencial para tratar a questão do tempo em psicanálise. Lacan salienta que aquilo que importa no enigma por ele apresentado é sobretudo o *valor lógico* de sua solução, estando quaisquer explicações pautadas pela simples probabilidade necessariamente descartadas pela própria maneira como o problema é apresentado (Lacan, 1966b/1998, pp.198 e 199).

Primeiramente vejamos, então, qual o ponto de partida de Lacan e como ele estrutura a solução sofismática que nos servirá de base. No problema apresentado, um diretor de um presídio propõe o seguinte desafio a três prisioneiros: ele colocará um disco nas costas de cada um deles de cor branca ou preta, sabendo-se de antemão que ele dispõe de cinco discos – três brancos e dois pretos (Lacan, 1966b/1998, p.197). Cada um deles terá que adivinhar a cor de seu próprio disco (branco ou preto). Contudo, não basta somente se explicar de qualquer maneira para o diretor. É preciso pautar sua decisão em motivos lógicos e não somente probabilísticos (Lacan, 1966b/1998, p.198).

Não se trata de um problema que envolve simplesmente a probabilidade, sendo preciso observar os outros dois prisioneiros e tentar adivinhar a cor de seu próprio disco. O primeiro a sair, deduzindo sua própria cor, estará livre (Lacan, 1966b/1998, p.197). Levando-se em conta que não podem de maneira alguma visualizar seus próprios discos e ainda não podem comunicar um ao outro a cor dos discos que veem, como resolver o problema? Como explicar para o diretor a cor de seu próprio disco pautando sua decisão em motivos que não envolvam somente probabilidade, mas motivos lógicos?

A resposta de Lacan é que após se observarem durante alguns momentos, os três prisioneiros dão alguns passos em direção à saída e acabam deixando a cela no mesmo momento, certos de serem brancos (Lacan, 1966b/1998, p.198). Mas vamos desdobrar o problema em algumas etapas para tentar esboçar sua solução. Em primeiro lugar, é preciso pensar que a bateria significativa é dada desde o princípio. Sendo assim, ao distribuir três discos aos prisioneiros A, B e C, dispondo-se de cinco discos (dois pretos e três brancos), percebe-se que apenas três diferentes possibilidades estão em jogo: dois pretos e um branco; um preto e dois brancos; três brancos.

O que Lacan apresenta é um problema de lógica bastante particular no qual se delineiam três tempos – instante do olhar, tempo para compreender e momento de concluir. É interessante notar que a única situação que comportaria de fato uma resposta verdadeiramente correta do enigma não ocorre. Se algum dos prisioneiros visse dois discos pretos colados nas costas de seus dois companheiros de cela, a hesitação estaria excluída e a saída do prisioneiro com o disco branco seria imediata (Lacan, 1966b/1998, p.200). Como a situação que ocorre é a visão de dois brancos, cabe resolver o enigma a partir da observação dos outros dois indivíduos.

Sendo assim, Lacan sublinha o valor das duas moções suspensas para o processo de tomada de decisão por parte dos prisioneiros. Estes tempos de parada são essenciais para o processo lógico, sendo que os sujeitos acabam por transformar as três combinações possíveis impostas pelo problema em *três tempos de possibilidade* (Lacan, 1966b/1998, p.203). As três combinações possíveis (dois pretos e um branco; um preto e dois brancos; três brancos) são correlatas dos três tempos do sofisma (instante do olhar; tempo para compreender; momento de concluir).

É importante ressaltar ainda que não é a saída dos prisioneiros que determina o juízo do sujeito, mas sim a espera, momento de hesitação no qual os prisioneiros se entreolham e refletem sobre o problema a partir de sua própria observação dos outros dois. Eis então o ponto central enfatizado por Lacan – a função da pressa na lógica (Lacan, 1966b/1998, p.203).

Vamos tentar esboçar algumas das características dos tempos lógicos que aparecem no sofisma. É importante ressaltar que o que promove a passagem de um tempo ao outro é a escanção, ou seja, o corte suspensivo. Este corte faz com que haja uma mudança no próprio

modo de subjetivação do problema. No sofisma do tempo lógico há duas escanções. Mas a base sobre a qual se constitui todo o enigma é o instante do olhar, que ocorre antes das escanções suspensivas. Este tempo é de fato o ponto de partida dos prisioneiros. Segundo Lacan (1966):

No instante do olhar, o que fica patente é a evidência mais clara da solução do sofisma: diante de dois pretos, o reconhecimento de ser branco torna-se imediato. Esta é, portanto, a exclusão lógica que fornece ao movimento lógico toda sua base (Lacan, 1966b/1998, p.204).

O instante do olhar é o momento de subjetivação da combinação dois pretos e um branco, o que não comporta espaço pra dúvida ou espera. Em outras palavras, se trata de um tempo fugaz e instantâneo. Lacan o chama de *instante*, o que pode servir para sublinhar o caráter de efemeridade que ele comporta. Lacan privilegia ainda a questão do *olhar* para se referir a este tempo. A comunicação entre os prisioneiros é proibida pela própria maneira como o enigma é colocado. Só é possível concluir a partir da observação de cada um, vendo não só os discos que seus semelhantes possuem colados às costas, mas também observando atentamente cada um de seus movimentos. Entre o instante do olhar e o tempo para compreender, se localiza a primeira escanção suspensiva, momento de recolocar as cartas na mesa e repensar as alternativas que apontam na direção da solução do problema lógico.

No tempo para compreender propriamente dito, há a subjetivação da combinação um preto e dois brancos, sendo que o sujeito se imagina preto diante de dois brancos, objetivando uma intuição que lhe chega por meio da observação dos outros dois. Segundo Lacan (1966b/1998): “*O tempo de compreender pode reduzir-se ao instante do olhar, mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo o tempo necessário para compreender.*” (Lacan, 1966b/1998, p.205). O que está em jogo aqui é, portanto, um tempo de meditação no qual os prisioneiros se observam. O tempo para compreender envolve espera e hesitação. É o momento de A se colocar no lugar dos outros e tentar imaginar o que eles veem.

Já o momento de concluir é o momento de subjetivação da combinação três brancos. Ele se introduz após a segunda escanção, sendo um tempo que se revela na urgência que cresce gradativamente durante a prova dos prisioneiros. Neste momento, a função da pressa se

torna evidente e o sujeito precipita sua conclusão numa asserção sobre si (Lacan, 1966b/1998, p.206). O que se evidencia no movimento lógico é, portanto, a urgência do momento de concluir, sendo que a certeza só é atingida em ato. Em primeiro lugar é preciso que sobrevenha a certeza, ou seja, Lacan destaca o ato de concluir como se dando num tempo no qual há uma precipitação lógica rumo à decisão de sair da cela (Lacan, 1966b/1998, p.209). É justamente a tensão temporal presente na situação dos presos que determina o momento de concluir (Lacan, 1966b/1998, p.211).

É interessante ressaltar que os três tempos que o enigma comporta são designados por três nomes diferentes – instante, tempo e momento – que por sua vez são correlatos de três qualidades distintas representadas por verbos – olhar, compreender e concluir (Porge, 1989/1998, p.101). O ato de concluir introduz necessariamente um corte, já que etimologicamente o verbo decidir remete a uma separação, um corte, uma des-cisão (Porge, 1989/1998, p.98).

Logo após introduzir o problema de lógica que lhe serve de ponto de partida, Lacan sublinha que, na condição de ficção, o enigma proposto não desaponta aqueles que têm certo gosto pelo espantar-se (Lacan, 1966b/1998, p.199). Certamente a solução do problema surpreende o leitor, sendo que Lacan a apresenta logo no início do texto, antes mesmo de começar a discussão que lhe serve de apoio. A saída conjunta dos três prisioneiros causa espanto tanto pela astúcia da solução atingida por cada um, quanto pelo próprio valor sofisticado que a suporta.

Do ponto de vista de uma solução perfeita, a verdade não pode ser atingida. Seria impossível ter uma certeza absoluta da resposta correta, já que a única possibilidade que a comportaria (a visão de dois pretos) não ocorre. Em outras palavras, o sujeito não pode realmente se apropriar da verdade, sendo ela somente atingida no ato que sustenta a saída dos prisioneiros. O tempo lógico diz respeito a uma verdade que o sujeito só pode afirmar e, rigorosamente, não pode possuir.

É preciso que a verdade caminhe por uma estrutura de ficção, como afirma Lacan em diversos momentos de seu ensino. O próprio sofisma do tempo lógico possui uma estrutura fictícia que possui um efeito de verdade. Neste escrito, a verdade encontra sua condição insuperável na precipitação lógica dos prisioneiros (Lacan, 1966b/1998, p.242). Esta verdade

não pode ser provada por motivos de probabilidade, mas sim por uma lógica que só pode advir através do ato.

É importante salientar que Lacan procura se descolar de qualquer tipo de ênfase na estrutura espacial do processo lógico, sublinhando que aquela que prevalece é propriamente a estrutura temporal (Lacan, 1966b/1998, p.203). Ele marca a importância das duas moções suspensas para o movimento lógico, de maneira que estes tempos de parada são essenciais para a solução do sofisma. Essas escanções suspensivas, constitutivas do processo lógico, são chamadas por Lacan de *significantes* (Lacan, 1966b/1998, pp.203 e 204). Ele destaca, portanto, a importância destes tempos de parada para a lógica presente na solução do problema.

As duas moções suspensas são os divisores de água entre as três modalidades de tempo presentes no tempo lógico – instante do olhar, tempo para compreender e momento de concluir. São exatamente estas escanções que dividem a passagem de um tempo para outro, constituindo um marco fundamental para o processo lógico. Não podemos perder de vista que ao longo da prova dos prisioneiros o sentimento de pressa de cada um deles aumenta de maneira progressiva. A urgência cresce gradativamente numa tensão temporal que determina o momento de concluir (Lacan, 1966b/1998, p.211).

A pressa certamente possui uma função de precipitação no tempo lógico. É válido lembrar as palavras de Lacan que de certa forma inauguram seu ensino em *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise* (1966). Ele é claro ao dizer que as insuficiências de seu discurso não podem ser justificadas pela pressa que lhe foi imposta, pois é exatamente desta pressa que tal discurso adquiriu seu próprio sentido. Afinal, “*nada há de criado que não apareça na urgência, e nada na urgência que não gere sua superação na fala.*” (Lacan, 1966a/1998a, p.242). É justamente a urgência em concluir que engendra a finalização do enigma do tempo lógico num ato por parte dos prisioneiros – mas no tempo lógico o ato por si só não basta, é preciso falar. Em outras palavras, depois de sair da cela é necessário se explicar para o diretor do presídio, evidenciando seu raciocínio lógico através da fala.

Na conferência de Genebra sobre o sintoma, Lacan faz uma breve alusão ao tempo lógico, afirmando que este escrito demonstra a função da pressa na lógica, revelando a urgência do momento de concluir (Lacan, 1975/2008, p.12). Há um movimento próprio da lógica que faz com que o momento de concluir se presentifique sempre cedo demais, sendo

que este “cedo demais” é sempre a evitação necessária de um “tarde demais” (Lacan, 1975/2008, p.12). Em outras palavras, para não haver uma demora que gere a possibilidade de erro, é preciso concluir (Lacan, 1966b/1998, p.207). Esta conclusão é o momento de precipitação de um juízo do sujeito da asserção.

O que está patente na solução sofista do enigma lacaniano é uma espécie de positivação do erro na qual os próprios tempos do erro estão integrados ao raciocínio lógico (Porge, 1989/1998, p.33). No tempo lógico, não se trata de uma certeza que é atingida após a dúvida, mas de uma certeza antecipada que só pode advir em ato. Segundo Porge (1989/1998):

“A certeza não vem ao termo de um julgamento dedutivo, nem de uma *theoria* (contemplação) que guiasse um ato razoável, racional. A certeza está ligada a uma lógica da ação; mais ainda, ela é antecipada por essa ação, o ato de concluir. O ato é necessário para que a dedução chegue a termo. Em suma, o tempo lógico não é tanto uma lógica do tempo, mas uma *lógica do ato*. Uma lógica do ato determinada, não pelo tempo, mas *pelos* tempos.” (Porge, 1989/1998, p.78)

Sendo assim, o que está em pauta no tempo lógico não é a solução do enigma a partir da dúvida, mas sim uma certeza que se antecipa a qualquer processo dedutivo. Se qualquer um deles se demora a concluir que é branco, não poderá posteriormente reconhecer que não é preto e, por isso, precisa tomar uma decisão que se precipita “de cabeça” (Lacan, 1966b/1998, p.206). É como se houvesse uma espécie de sensação de tempo de demora em relação aos outros, de modo que a urgência em concluir antes deles força a precipitação do sujeito em direção à saída, antes que seja tarde demais (Lacan, 1966b/1998, p.208). O sujeito se precipita, em outras palavras, para que não haja demora que gere a possibilidade de erro (Lacan, 1966b/1998, p.207).

O momento de concluir se impõe para o sujeito pelas próprias condições da impossibilidade de uma certeza que advenha posteriormente à dúvida. O tempo lógico, neste sentido, promove uma inversão do método da dúvida hiperbólica cartesiano, na medida em que é somente após a certeza do ato que a verdade atingida pelos prisioneiros poderá ser submetida à prova da dúvida. Lacan de certa forma não parte da dúvida para chegar à certeza. Muito pelo contrário, ele mostra como é somente na antecipação da certeza que a verdade do

enigma pode ser atingida e posteriormente submetida à prova da dúvida pelo diretor do presídio. Depois de se precipitarem em direção à saída da cela, os três prisioneiros precisam explicar, embasados em motivos lógicos, sua decisão.

É como se Lacan construísse um Outro que, por mais determinado que esteja a partir da disposição inicial dos discos, se impõe como um enigma para todos. Há uma lógica na situação que faz com que os prisioneiros só possam encontrar a chave para decifração do enigma porque todos se encontram nesta mesma posição de tentar adivinhar o desejo deste Outro (Miller, 2004, p.263). A verdade da solução final do problema só existe como uma espécie de lugar vazio, ou seja, ela transcende o próprio problema lógico, ex-iste (Miller, 2004, p.265). No apólogo dos três prisioneiros não se trata da verdade absoluta verificável pela observação direta, mas sim da verdade que só pode ser atingida através da pressa.

Toda a questão gira em torno de um ponto do desconhecido que cada um dos prisioneiros tenta decifrar. Nenhum deles sabe nada a respeito de sua própria cor, portando necessariamente um desconhecimento em relação a si próprio (Miller, 2004, p.268). Se pegarmos o prisioneiro A como exemplo, podemos notar que ele está numa posição bem particular. Os outros possuem um saber que ele próprio não pode ter – a cor de seu próprio disco. Isto vale, naturalmente, para todos os três prisioneiros. Eles estão, portanto, desprovidos do conhecimento destas marcas sobre si mesmos, sendo que este saber encontra-se subtraído deles próprios (Miller, 2004, pp.268 e 269).

De certa forma, toda a prova dos prisioneiros está permeada pelo erro, já que saber com certeza a cor de seu próprio disco é simplesmente impossível pela própria bateria significante que é dada logo de início. Em outras palavras, a disposição dos discos tal como é imposta pelo diretor do presídio impossibilita a sustentação de hipóteses dedutivas. É preciso se lançar num ato que não deixe margens para a hesitação, mesmo que haja um saber que não se sabe. O enigma do tempo lógico, neste sentido, é o enigma do inconsciente.

2.2 Uma Releitura das Modificações no Escrito do Tempo Lógico em 1966

As alterações introduzidas por Lacan na publicação de seus *Escritos* (1966) podem de certa maneira servir para marcar alguns dos pontos mais importantes na construção do

problema por ele analisado. Chama-nos a atenção o fato de Lacan ter feito questão de modificar alguns termos específicos e alterar algumas passagens deste escrito. Não vamos aqui fazer uma incursão muito pormenorizada nas várias modificações introduzidas na versão final de 1966, iremos apenas sublinhar algumas delas a fim de dar maiores contornos à questão do tempo lógico. Teremos como base os comentários de Porge sobre as principais diferenças entre as duas versões – o texto original de 1945 e o outro reescrito e publicado em 1966 (Porge, 1989/1998, p.12).

Sabemos que Lacan deu preferência ao termo *sincronia* em vez de *simultaneidade* (Porge, 1989/1998, p.83). É válido, portanto, esclarecer as possíveis diferenças entre os dois. Simultaneidade possui uma raiz etimológica que remete a *similis* (semelhante), trazendo à tona uma concepção mais espacializada ou geométrica. Já o termo sincronia possui uma raiz grega que significa “com o tempo”, revelando aspectos mais dinâmicos e temporais (Porge, 1989/1998, p.80). Podemos dizer, portanto, que Lacan é minucioso em relação aos termos utilizados no texto sobre o tempo lógico, procurando sempre destacar a estrutura temporal que prevalece na solução final do sofisma. Dentro desta perspectiva, passemos agora então para algumas das mudanças introduzidas na segunda versão do texto sobre o tempo lógico.

Uma das modificações mais significativas é a introdução do termo *significante* para caracterizar as moções suspensas, que passam a não ser apenas instâncias de tempo integradas ao processo lógico, mas sim constituintes dele (Porge, 1989/1998, p.89). Esta nos parece ser uma das alterações mais significativas, já que sem estes tempos de parada se torna simplesmente impossível passar de uma modalidade de tempo à outra. É como se as moções suspensas fossem cortes temporais que funcionam como dois pontos de virada no sofisma.

Num primeiro momento, excluindo a evidência que comportaria uma solução instantânea (ver dois discos pretos), os prisioneiros precisam parar e pensar sobre as possibilidades de resolver o problema. A primeira escanção, portanto, se impõe como uma suspensão de qualquer certeza dedutiva, logo após os prisioneiros notarem a falta de uma evidência que comportaria uma resposta baseada na pura racionalidade. Este tempo de parada é um corte que introduz o tempo para compreender.

A segunda escanção promove a passagem do tempo para compreender em direção ao momento de concluir, se constituindo no limite das possibilidades de espera. Em outras palavras, o segundo momento de parada evidencia a pressa dos prisioneiros diante da urgência

em concluir, tendo um valor de corte final que engendra o momento da conclusão do enigma. Devemos lembrar que os prisioneiros estão todos diante de dois discos brancos e Lacan destaca que estas duas moções suspensas denunciam a cada um dos outros o que eles *não veem*, ou seja, o aspecto dos discos pretos (Lacan, 1966a/1998, p.203). É a hesitação de cada um deles nos momentos de parada que indica a direção do movimento lógico.

O papel das moções suspensas não é o da experiência de uma verificação de hipótese, mas sim de uma ambiguidade constituinte da lógica (Lacan, 1966b/1998, p.202). Como já salientamos anteriormente, as três combinações possíveis são transformadas em três tempos de possibilidade (Lacan, 1996b/1998, p.203). Sendo a primeira combinação excluída já no instante do olhar, se tornam necessárias duas escanções suspensivas para pôr fim a qualquer possibilidade de dúvida, localizando na passagem de um tempo ao outro a própria passagem de uma combinação possível à outra.

Além da entrada das moções suspensas no texto de 1966 como significantes, outra alteração importante diz respeito ao termo *progresso* pela palavra *processo* (Porge, 1989/1998, p.90). Em 1945, o primeiro termo era utilizado. Já em 1966, a introdução da palavra processo pode ter dado maior ênfase à estrutura do tempo lógico como um todo, levando em conta seus efeitos retroativos, sem deixar que esta estrutura fosse vista simplesmente a partir da perspectiva progressista de uma marcha que caminha em direção à resposta final.

Esta substituição de termos empreendida por Lacan pode ter acentuado de maneira mais enfática a dimensão sincrônica do movimento lógico, sem haver necessariamente um aspecto evolutivo ou desenvolvimentista subjacente (Porge, 1989/1998, p.90). Sem as escanções suspensivas e sem uma concepção não evolutiva das etapas do sofisma não é possível, portanto, conceber o tempo lógico.

Outra alteração que merece destaque é a palavra *personagem* usada para designar A, B e C. Lacan introduz a expressão *sujeito real* para A e designa B e C como sendo os sujeitos refletidos sobre cuja conduta A estabelece sua dedução (Porge, 1989/1998, p.90). Além disso, Lacan também substitui em outra passagem *três sujeitos* por *um sujeito de pura lógica*, o que remete a uma espécie de unificação do sujeito com a contagem, como explicita a nota acrescentada em 1966 na qual não importa o número de sujeitos que participem da prova, já que a mesma lógica estaria presente (Porge, 1989/1998, p.91).

Sabemos que os três tempos que estão em jogo na solução do sofisma correspondem aos três modos de subjetivação dos personagens, sendo que cada um deles pode ser ao mesmo tempo A, B ou C (Porge, 1989/1998, p.27). Dito de outra forma, o que importa é a relação que A, B e C mantêm entre si, sendo que há uma simultaneidade no raciocínio de cada um, de maneira que é preciso privilegiar o ponto de vista de um deles – o ponto de vista de A – para apresentar de fato a solução do sofisma (Porge, 1989/1998, p.27).

Num primeiro momento, o instante do olhar, é subjetivada a combinação dois pretos e um branco, o que corresponde a um sujeito impessoal. No tempo para compreender, a combinação um preto e dois brancos é subjetivada, sendo correlata de um sujeito recíproco. Por fim, a combinação três brancos se dá somente na pressa de concluir, o que introduz o sujeito da enunciação (Lacan, 1966b/1998, pp.204, 205 e 207). É importante ressaltar novamente que a única combinação que permitiria uma conclusão exata e estritamente correta do problema seria estar diante de dois pretos e se reconhecer conseqüentemente como branco. No entanto, esta possibilidade não ocorre.

Segundo Porge (1989/1998): “*O sujeito do tempo lógico é ao mesmo tempo um múltiplo: há três sujeitos, A, B e C, e ao mesmo tempo, sem que sejam no entanto os mesmos, eles fazem apenas um (um sujeito de pura lógica)*” (Porge, 1989/1998, p.95). Não podemos perder de vista, portanto, que há claramente uma lógica coletiva presente no sofisma lacaniano, embora factualmente existam três prisioneiros envolvidos no problema e tenhamos que privilegiar somente o ponto de vista de um deles para a análise do enigma.

Podemos, a partir da análise dessas alterações, dizer que “*Lacan operou uma limpeza do texto do ‘Tempo Lógico’, com a escova do ‘sujeito representado por um significante para um outro significante’*” (Porge, 1989/1998, p.92). A frase que termina o texto do tempo lógico se refere a uma determinação essencial do eu [Je], ou seja, uma determinação do sujeito em relação ao significante que o representa (Lacan, 1966b/1998, p.213). Esta parte final parece estar de acordo com uma posição que destaca a primazia do significante.

É importante salientar ainda a dimensão de falha presente no ato, já que na pressa de concluir, os três prisioneiros não podem saber ao certo a cor de seus próprios discos. A conclusão não vem de uma coincidência entre o que é visto e o que é suposto, mas do hiato fundamental entre a representação (vista pelo outro) e o representante da representação (o que é suposto) (Porge, 1989/1998, p.129). É justamente a partir desta dimensão de *falha* ou *erro*

que o ato de sair da cela pode se caracterizar no tempo lógico como uma espécie de encontro faltoso. Aliás, todo sofisma se mostra a princípio como um erro lógico (Lacan, 1966b/1998, p.199).

É justamente a partir de uma aparência de ficção que o problema lógico se apresenta, articulando temporalmente a pluralidade de *sujeitos* e suas relações entre si com a unicidade de *um sujeito* (Porge, 1989/1998, p.11). De certa forma, o escrito de Lacan sobre o tempo lógico pode ser considerado um tipo de invenção com valor de ato, justamente pela dimensão inaugural da determinação de um começo (Porge, 1989/1998, p.20). Desta maneira, a temática do tempo lógico se mostra indissociavelmente ligada ao ato e a sua estrutura de falha, o que não significa que o tempo lógico seja em si propriamente um erro. Devemos levar em conta que o ato falho, por exemplo, se mostra bem sucedido justamente quando falha (Lacan, 1967-1968, 06/12/1967).

O que queremos salientar com estas pontuações a respeito das alterações de Lacan no texto do tempo lógico é a ênfase que parece ter sido imprimida ao significante. As moções suspensas passam a ser denominadas de significantes e até mesmo o termo *sujeito* recebe alterações que apontam cada vez mais para sua determinação em relação ao significante. Desta maneira, portanto, podemos dizer que o tempo lógico é um texto que diz respeito não somente ao tempo, mas sobretudo ao sujeito e sua determinação constituinte em relação ao significante. Sendo assim, caberia a pergunta: de que sujeito se trata no enigma do tempo lógico?

2.3 O Sujeito no Tempo Lógico

É importante salientar a localização do texto do tempo lógico na publicação de 1966. Os *Escritos* (1966) estão divididos em sete partes e o tempo lógico se localiza na terceira delas. Apenas um outro texto de Lacan se localiza nesta terceira parte – trata-se de *Intervenção sobre a Transferência* (1966), que começa com a seguinte frase: “*Estamos aqui ainda a amestrar os ouvidos ao termo sujeito*” (Lacan, 1966c/1998, p.215). Sabemos que a ordem dos escritos de Lacan não se deu ao acaso, mas foi cuidadosamente pensada por ele. Isso reforça nossa hipótese de que o tempo lógico é um texto que diz respeito fundamentalmente ao conceito de sujeito.

Para Lacan, o sujeito da psicanálise está colocado em ato (Lacan, 1967-1968, 15/11/1967). Mas o que se entende pelo conceito de sujeito em psicanálise? De que sujeito se trata? Sabemos que este não é um conceito formalmente enunciado por Freud, cabendo a Lacan situá-lo como uma referência implícita ao discurso freudiano propriamente dito. Tendo sido extraído das entrelinhas do discurso freudiano por Lacan, o conceito de sujeito seria de certa forma imposto pela própria experiência analítica (Elia, 2010/2004, p.14).

A prática psicanalítica inclui a regra fundamental da livre associação, um método que determina um certo modo de expressão da fala no qual nada do que é dito é sem importância. Sendo assim, a regra da associação livre, convocando uma fala sem qualidades, como valores ou significações compartilhadas, permite a emergência de um sujeito “sem qualidades”, o sujeito do inconsciente (Elia, 2010/2004, p.16). Ao evocar uma fala que não parte do princípio do compartilhamento universal das significações, a psicanálise opera clinicamente com a primazia do significante em relação ao significado, evitando que o discurso do analisante se limite às intelectualizações obliteradoras do sujeito do inconsciente.

Naturalmente, o sujeito não é algo material, mas sim evanescente, não possuindo propriamente uma substância apreensível. O sujeito é um conceito que não se confunde com a subjetividade, podendo ser caracterizado como efeito dos significantes e se localizando numa temporalidade específica do *a posteriori*. Em outras palavras, a presentificação do sujeito se dá sempre necessariamente só-depois (*nachträglich*), de maneira que podemos dizer apenas posteriormente que houve ali um sujeito. Contudo, se formos mais rigorosos com os enunciados, o sujeito nunca está realmente presente, pois é efeito de significante, falta-a-ser.

O sujeito não é simplesmente o conteúdo recalcado do inconsciente. Não é também o indivíduo, nem o eu, nem mesmo qualquer tipo de materialidade ou substância apreensíveis. O sujeito em jogo na psicanálise não é senão um produto, um efeito, algo que tem relação com o próprio arranjo estrutural, sendo que é justamente uma estrutura que dá de fato lugar ao sujeito. Coube a Lacan, mesmo com a não explicitação do sujeito pelo discurso freudiano, indicar a operação que foi feita no sujeito forcluído da ciência do qual a psicanálise se ocupa. A presença e o alcance deste conceito são reiterados pelo ensino de Lacan, dando uma nova dimensão ao sujeito, sendo que este sujeito fala, mesmo sem saber que ele próprio é quem fala (Lacan, 1966d/1998, p.815).

De fato, é importante sublinhar a presença da dimensão da linguagem para que tenha havido um sujeito. Mas o sujeito não é pré-linguístico, ou seja, ele não entra na linguagem, como se fosse prévio a ela, mas sim é causado e se constitui na linguagem. Trata-se do sujeito que não é de forma alguma um conteúdo esperando para vir à tona, mas sim pura descontinuidade no real (Lacan, 1966d/1998, p.815).

Quando, numa interessante analogia em *Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano* (1966), Lacan fala sobre o codicilo tatuado na cabeça que condena uma pessoa à morte, o que ele sublinha é o fato do sujeito ser completamente agido pelo inconsciente. Ou seja, mesmo o sujeito não podendo ler o que se tatua em sua própria cabeça, o inconsciente opera, causando nele todos os seus efeitos (Lacan, 1966d/1998, p.818).

Lacan tenta desta maneira situar o sujeito com relação ao *saber*, sendo que este é inteiramente diferente de *conhecer*. Portanto, há um saber que não se sabe, de maneira que “(...) o sujeito que traz em sua cabeleira o codicilo que o condena à morte não sabe nem o sentido nem o texto, nem em que língua ele está escrito, nem tampouco que foi tatuado em sua cabeça raspada enquanto ele dormia” (Lacan, 1966d/1998, p.818). De maneira semelhante, o inconsciente opera sem que seu saber comporte o menor conhecimento por parte do sujeito.

É justamente através da mensagem que o sujeito se constitui, sendo que é do Outro que o sujeito recebe sua própria mensagem de forma invertida (Lacan, 1966d/1998, p.821). O significante exige o lugar do Outro, o tesouro dos significantes (Lacan, 1966d/1998, p.822). É a partir da relação do sujeito como efeito do significante que só poderemos afirmar que o sujeito *terá sido* no futuro anterior, assinalando desta maneira uma ambiguidade intrínseca de um desconhecer (*méconnaître*) ao me conhecer (*me connaître*) (Lacan, 1966d/1998, p.823).

O que precisa ser sublinhado, portanto, é que o sujeito não é um agente, nem um conteúdo e muito menos comporta em si um determinado conhecimento. Jacques-Alain Miller retoma a questão do sujeito dizendo que há uma definição circular na sua própria constituição, de maneira que um sujeito é sempre veiculado de um significante para outro significante (Miller, 2012, p.26). Segundo ele:

“(...) se o sujeito é representado, é na medida em que ele nunca é apresentado, em que ele nunca está presente. Ele nunca é senão representado. (...) O sujeito, na sua própria parte irrepresentável, surge somente pelo fato de ser representado por um significante. Lacan o traduz dizendo – ‘O significante faz surgir o sujeito ao preço de cristalizá-lo.’” (Miller, 2012, p.27)

Dentro desta perspectiva, o significante é responsável pelo aparecimento do sujeito como falta-a-ser, sendo que concomitantemente o sujeito é cristalizado na representação, evidenciando assim seu vazio constitutivo (Miller, 2012, p.28). Sem significante, portanto, não haveria sujeito. É a inserção do aparelho significante que mortifica o corpo, ao mesmo tempo que permite que o sujeito possa surgir como efeito. Mas de que sujeito se trata no enigma dos três prisioneiros?

No tempo lógico, podemos localizar os sujeitos A, B e C como formando três sujeitos e ao mesmo tempo apenas um. Esta parece ser uma evidência intrínseca ao sofisma do tempo lógico, já que a expressão “sujeito real” é introduzida para dar conta do “sujeito A” que é escolhido como ponto de vista privilegiado para a solução do problema (Lacan, 1966b/1998, p.199). Os outros dois, na condição de “sujeitos refletidos”, são tomados como base para a decisão de A, se configurando em objetos de seu raciocínio (Lacan, 1966b/1998, p.200).

Podemos ter como premissa para esta pesquisa que o sujeito é sempre responsável por sua posição, como tentaremos demonstrar a seguir. No tempo lógico, o outro exerce um papel fundamental, mas qual seria o lugar do outro no sofisma? Para Lacan, todos os três sujeitos A, B e C estão na mesma situação, cada um se deparando com a mesma dúvida no mesmo instante (Lacan, 1966b/1998, p.200). Por essa razão, todos param no mesmo momento, demonstrando de certa forma a mesma hesitação em relação ao problema de lógica que tentam resolver. Mas não podemos espacializar o tempo lógico, pois é a *estrutura temporal* presente no enigma que prevalece sobre a estrutura espacial (Lacan, 1966b/1998, p.203). Precisamos levar em conta, portanto, que é a tensão temporal presente nesta situação que é determinante para o desdobramento da solução do enigma.

Não é a saída dos outros que determina a atitude de cada um dos prisioneiros, como já salientamos, mas sobretudo a inércia do semelhante, ou seja, sua espera (Lacan, 1966b/1998, p.205). Neste sentido, o tempo lógico a rigor só pode ser concebido em relação aos outros, na medida em que sem a observação dos outros dois não seria possível concluir. Contudo, a

conclusão deve ser feita por cada um individualmente, não podendo, ao mesmo tempo, ser atingida sem a espera vacilante dos outros. Em outras palavras, é a hesitação do semelhante que se coloca como fator determinante para a decisão dos prisioneiros, mas isso não faz nenhum deles menos responsável por sua própria escolha.

Já enfatizamos que no tempo lógico é somente a partir do ato que se pode sair da cela e resolver o problema, colocando um ponto final em qualquer possibilidade de dúvida. No ato que sustenta a saída da cela, cada um dos sujeitos – A, B e C – terá que vir a tomar uma posição individualmente. Em outras palavras, a asserção subjetiva deve se dar caso a caso, sendo que cada um dos sujeitos é responsável por sua própria posição no contexto do enigma que o tempo lógico envolve.

Podemos dizer que o sujeito, portanto, colocado em ato, puro corte na cadeia significante, aparece no tempo lógico como responsável por sua escolha. Esta escolha, pautada pela observação dos outros dois prisioneiros, encontra na antecipação da certeza a conclusão do sofisma. O sujeito A em questão, sobre o qual se constitui o ponto de vista privilegiado, poderia ao mesmo tempo ser A, B ou C, sem que isso impeça que cada um deles tenha que trilhar nos labirintos do enigma seu próprio caminho, cada um por si. Lacan destaca a importância e o lugar dos outros na solução do sofisma:

“Basta fazer aparecer no termo lógico dos *outros* a menor disparidade para que se evidencie o quanto a verdade depende, para todos, do rigor de cada um, e até mesmo que a verdade, sendo atingida apenas por uns, pode gerar, senão confirmar, o erro nos outros. E também que se, nessa corrida para a verdade, é apenas sozinho, não sendo todos, que se atinge o verdadeiro, ninguém o atinge, no entanto, a não ser através dos outros” (Lacan, 1966b/1998, pp.211 e 212).

Sendo assim, Lacan confere destaque à posição dos outros como uma premissa fundamental da resolução do problema lógico e ao mesmo tempo destaca que só é possível atingir a verdade sozinho. A ação no tempo lógico se ordena pela ação dos outros, tendo mais especificamente nas escanções dos outros o advento possível de sua própria certeza antecipada (Lacan, 1966a/1998, p.288). Mas a responsabilidade da própria escolha depende de cada um.

Podemos dizer que de certa forma a coletividade pode ser em alguns momentos irresponsável em relação a suas atitudes, sendo que uma pessoa pode sentir, pensar e agir de uma determinada maneira quando está sozinha e de outra completamente diferente numa situação de grupo (Freud, 1921/1996, p.79). Em *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego* (1921), Freud destaca como um grupo é mutável e irritável, portando essencialmente a característica da impulsividade (Freud, 1921/1996, p.84). Além disso, muitas vezes se observam fenômenos grupais que remetem a uma espécie de regressão do psiquismo, como falta de controle emocional, incapacidade de moderação e descarga das emoções sob a forma de uma ação (Freud, 1921/1996, p.121).

Desta maneira, dissolvido no meio do grupo, o indivíduo pode acabar se sentindo menos responsável por seus atos. É o anonimato da massa que faz com que o sujeito possa de alguma maneira se desresponsabilizar individualmente (Hoffmann, 2005, p.43). Esta faceta de irresponsabilidade do grupo se mostra contrastante com o tempo lógico de Lacan. No sofisma, é preciso tomar uma posição e se responsabilizar por ela, mesmo que esta posição só tenha encontrado um ato de precipitação a partir do apoio na observação dos outros. Mesmo não sendo sem os outros, é apenas individualmente que o sujeito pode responder pelo enigma que lhe é imposto.

Podemos encontrar em Freud a questão da responsabilidade do sujeito a partir, por exemplo, da perspectiva dos sonhos como realização velada de desejos recalçados (Freud, 1900/1996, p.155). Mais de vinte anos após a publicação de *A Interpretação de Sonhos* (1900), ele retoma a questão das produções oníricas pelo viés da responsabilidade moral pelo conteúdo dos sonhos. Freud se pergunta se, nos casos em que ocorrem produções de sonhos manifestamente imorais, o sujeito possui alguma responsabilidade por este material, não deixando de salientar que o conteúdo manifesto dos sonhos se mostra essencialmente diferente do conteúdo latente (Freud, 1925/1996, pp.147 e 148). A resposta de Freud (1925/1996) é bem clara:

“Obviamente, temos de nos considerar responsáveis pelos impulsos maus dos próprios sonhos. Que mais se pode fazer com eles? A menos que o conteúdo do sonho (certamente entendido) seja inspirado por espíritos estranhos, ele faz parte de seu próprio ser. Se procuro classificar os impulsos presentes, em mim, segundo padrões sociais, em bons e maus, tenho de assumir responsabilidade por ambos os tipos. (...) Aprenderei, talvez, que o que estou repudiando não apenas ‘está’ em mim, mas vez e outra ‘age’ também desde mim para fora (Freud, 1925/1996, pp.148 e 149).

Desta maneira, Freud demonstra como não há possibilidade de o sujeito se desresponsabilizar de suas próprias produções oníricas, mesmo que estas contenham um material manifestamente incompatível com as vontades do eu. O sonho é uma produção anímica que diz respeito ao sujeito, de maneira que é impossível não assumir a responsabilidade pelo seu próprio inconsciente. De maneira análoga, no enigma do tempo lógico, cada um dos prisioneiros é responsável por sua posição de sujeito. Mas qual seria o lugar de cada um deles em relação aos outros?

Quase trinta anos depois da primeira publicação sobre o tempo lógico, Lacan retoma o sofisma para introduzir a questão do objeto. Ele mostra como cada um dos três sujeitos pode ser pensado como o *objeto a* em relação ao olhar dos outros dois (Lacan, 1975/2008, p.54). O que Lacan coloca em pauta é a relação entre os três prisioneiros em função do olhar de cada um deles, sendo que na verdade eles não são propriamente três, mas sim “dois mais a” (Lacan, 1975/2008, p.55). Lacan salienta, desta maneira, aquilo que de fato suporta cada um dos sujeitos no problema lógico – não ser meramente um dentre outros, mas sim ser aquele que está em jogo no pensamento dos outros (Lacan, 1975/2008, p.54). É justamente o objeto a que engendra, portanto, a pressa de concluir.

De maneira geral, no tempo lógico de Lacan não é possível se desresponsabilizar nem pela pressa que é imposta pelo problema, nem tampouco pela decisão que é tomada pelos outros. Pouco importa se tomamos como ponto de vista privilegiado o olhar de A, B ou C. O que importa de fato é a escolha de cada um, mesmo que esta escolha passe necessariamente pela inércia dos outros.

Como já mostramos anteriormente, há três modos de subjetivação do problema do tempo lógico e eles são os correlatos dos três tempos do sofisma. Desta maneira, no instante do olhar o que está em jogo é um *sujeito impessoal*, na medida em que bastaria estar diante de dois pretos para se reconhecer como branco (Lacan, 1966b/1998, p.204). Em outras palavras, a impessoalidade deste modo de subjetivação do problema se apresentaria na medida em que os dados observáveis mostrassem a única opção que não daria margem à dúvida – dois pretos. Contudo, o que se vê são dois discos brancos.

No tempo para compreender, estamos diante de *sujeitos indefinidos*, a não ser por sua reciprocidade (Lacan, 1966b/1998, p.205). Dito de outra maneira, podemos localizar neste tempo de meditação uma espécie de causalidade mútua, na qual os prisioneiros se colocam

um no lugar do outro e tentam imaginar o que eles veem. Desta maneira, tanto no instante do olhar quanto no tempo para compreender os prisioneiros estão numa relação de dependência entre si. Estes dois modos de subjetivação do enigma se diferenciam do terceiro.

No momento de concluir, o que está em pauta é o *sujeito da asserção* (Lacan, 1966b/1998, p.207). De certa maneira, neste ponto do apólogo os três prisioneiros já não estariam mais no plano meramente especular do eu (*moi*), mas sim teriam operado um deslocamento em direção ao eu (*je*), ou seja, o sujeito do inconsciente. Sendo assim, este terceiro modo de subjetivação do problema lógico representaria uma diferença em relação aos anteriores. Segundo Lacan (1966b/1998):

“(...) o juízo que conclui o sofisma só pode ser portado pelo sujeito que formou a asserção sobre si, e não pode ser-lhe imputado sem reservas por nenhum outro – ao contrário das relações do sujeito *impessoal* e do sujeito *indefinido recíproco* dos dois primeiros momentos, que são essencialmente transitivos, já que o sujeito pessoal do movimento lógico os assume em cada um desses momentos. A referência a esses dois sujeitos evidencia bem o valor lógico da asserção. O primeiro, que se exprime no ‘se’ do ‘sabe-se que...’, dá apenas a forma geral do sujeito noético: ele pode igualmente ser deus, mesa ou bacia. O segundo, que se exprime em ‘os dois brancos’ que devem reconhecer ‘um ao outro’, introduz a forma do *outro como tal*, isto é, como pura reciprocidade, porquanto um só se reconhece no outro e só descobre o atributo que é seu na equivalência do tempo próprio de ambos. O [*eu*], sujeito da asserção conclusiva, isola-se por uma *cadência de tempo* lógico do outro, isto é, da relação de reciprocidade.” (Lacan, 1966b/1998, pp.207 e 208)

Desta maneira, o sujeito da asserção é aquele que concluiu ser branco diante dos outros, mas esta asserção só pode ser afirmada por cada um separadamente. É preciso levar em conta que o tempo lógico é um enigma que diz respeito ao inconsciente. Sendo assim, o sujeito do inconsciente apareceria como efeito justamente a partir da asserção sobre si, ou seja, no movimento lógico de conclusão do sofisma por meio de um ato.

Sem o ato final dos prisioneiros, a rigor não há uma finalização do momento de concluir. O ato se faz necessário para que o enigma dos prisioneiros chegue a termo. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que ele é constituinte do tempo lógico, o ato demonstra também o limite da compreensão e da dedução lógica pautadas pela pura racionalidade. Sem

ato, não há tempo lógico. O ato se localiza no sofisma num ponto limite entre a impossibilidade da compreensão e a necessidade de concluir.

2.4 *O Ato no Tempo Lógico*

Sustentaremos nesta parte do trabalho a hipótese de que o tempo lógico envolve uma lógica do ato na qual não está em jogo meramente um raciocínio dedutivo que caminha em direção à resposta correta. Muito além de qualquer processo dedutivo pautado pela simples probabilidade, o tempo lógico diz respeito a uma lógica coletiva determinada pela tensão temporal imposta pela pressa de concluir. Neste movimento lógico, todos os três tempos e as duas escanções suspensivas que os permeiam estão necessariamente incluídos. Não há como se referir ao tempo lógico sem se referir necessariamente ao ato. Mas, antes de pensarmos o ato do tempo lógico especificamente, vamos tentar desenvolver algumas ideias de Lacan a respeito do ato.

Sabemos que Lacan se dedicou ao tema do ato principalmente pelo viés do ato do psicanalista. Mas o que seria de fato o ato analítico e quais suas possíveis incidências e efeitos na prática clínica? Sabemos que o ato está certamente presente numa entrada em análise, por exemplo (Lacan, 1967-1968, 15/11/1967). Podemos situar o ato também na passagem de psicanalisando para psicanalista, ou seja, no que podemos considerar como o final de uma análise (Lacan, 1968-1969/2001, p. 375). Mas, Lacan se pergunta: seria o ato a sessão? Seria a intervenção? Qual tipo de intervenção? Interpretação? Silêncio? (Lacan, 1967-1968, 15/11/1967). Tais são algumas das indagações que logo no início de seu seminário *O Ato Psicanalítico* (1967-1968) são lançadas a fim de fomentar a discussão a respeito do ato.

Lacan se refere ao ato de criação da psicanálise, o que certamente instaura um antes e um depois, inscrevendo de certa forma uma invenção com valor de ato (Lacan, 1967-1968, 15/11/1967). A ferida narcísica da descoberta psicanalítica se colocaria então como ato, possibilitando inclusive o desdobramento de uma pergunta: será que o campo psicanalítico já existia antes de sua descoberta? (Lacan, 1967-1968, 15/11/1967). Naturalmente, o inconsciente não precisou esperar por Freud para ter seus efeitos sentidos. Mas, pergunta

Lacan: quem o sabia antes? (Lacan, 1967-1968, 15/11/1967). Um ato, portanto, está diretamente ligado à determinação de um começo, mais precisamente na necessidade de se realizar um começo justamente ali onde ele não existe (Lacan, 1967-1968, 10/01/1967).

No caso do tempo lógico, podemos dizer que o apólogo criado por Lacan tem valor de ato, já que é uma invenção que marca um ponto de ruptura em seu ensino no que diz respeito à temporalidade. Naturalmente, o tempo lógico é aquilo que engendra um antes e um depois, determinando uma nova articulação temporal que não havia antes. Na epígrafe do texto do tempo lógico, Lacan comenta que o artigo foi ousado, podendo *“ele ressoar como uma nota justa entre o antes e o depois em que o situamos aqui, mesmo que demonstre que o depois se fazia de antecâmara para que o antes pudesse tomar seu lugar* (Lacan, 1966b/1998, p.197).

É justamente esta dimensão do ato como determinação de um começo inédito que estaria em jogo quando afirmamos que o tempo lógico é uma invenção lacaniana com valor de ato. Logo no primeiro seminário que proferiu em 1968, Lacan deseja votos de feliz ano novo a todos, aproveitando para salientar que o “ano novo” na verdade é um ciclo (não completamente exato, como qualquer outro ciclo no real) que não tem um começo preestabelecido. É preciso, entretanto, que se estabeleça um começo a partir do momento em que o chamamos de “ano” (Lacan, 1967-1968, 10/01/1967).

Lacan, portanto, evoca o ano novo para se referir ao campo do ato. Ele chama a atenção também para os “atos tradicionais”, como os atos cerimoniais mais diversos, que marcam de alguma maneira a necessidade de se transferir algo que é essencialmente da ordem do significante (Lacan, 1967-1968, 10/01/1967). O que Lacan procura estabelecer é a estrutura do ato enquanto tal, um ato que necessariamente determina um começo e que é criador. No caso do tempo lógico, o ato manifesta o juízo assertivo dos sujeitos, como salienta Lacan (1966b/1998):

“O pensamento moderno mostrou que todo juízo é essencialmente um ato e, aqui, as contingências dramáticas só fazem isolar esse ato no gesto de saída dos sujeitos. Poderíamos imaginar outros modos de expressão do ato de concluir. O que constitui a singularidade do ato de concluir, na asserção subjetiva demonstrada pelo sofisma, é que ele se antecipa à sua certeza, em razão da tensão temporal de que é subjetivamente carregado, e que, sob a condição dessa mesma antecipação, sua certeza se confirma numa precipitação lógica que determina a descarga dessa tensão, para que enfim a conclusão fundamente-se em não mais do que instâncias temporais

totalmente objetivadas, e que a asserção se des-subjetive no mais baixo grau.”
(Lacan, 1966b/1998, p.209)

No momento de concluir, portanto, a asserção se dessubjetiva e é introduzido o ato. O conceito de sujeito se acha intimamente relacionado ao ato, sendo que o ato ocupa de certa maneira o lugar de um dizer e tem como efeito, a rigor, modificar o próprio sujeito (Lacan, 1968-1969/2001, p.375). De certa forma, o sujeito é um conceito que emerge através da experiência psicanalítica e está sempre necessariamente articulado ao discurso. No seminário a respeito do ato, quando retoma as experiências de Pavlov, Lacan sublinha que não há operação com os significantes que não inclua a dimensão do sujeito (Lacan, 1967-1968, 15/01/1967). Ele se debruça sobre as experiências pavlovianas a respeito dos reflexos condicionados e salienta que, mesmo com o salivar do cão diante do sinal que lhe é emitido, através do condicionamento reflexo que esta operação implica, não é o cão que prova a existência do sujeito, mas sim o próprio Pavlov (Lacan, 1967-1968, 15/01/1967). Segundo Lacan (1967-1968):

“Esta prova não é absolutamente o cão que dá, e nem mesmo para o Sr. Pavlov, pois o Sr. Pavlov construiu esta experiência precisamente para mostrar que é perfeitamente possível dispensar uma hipótese sobre o que pensa o cão. O sujeito cuja existência é demonstrada, ou antes a demonstração de sua existência, não é absolutamente o cão que a fornece, mas, como ninguém duvida, o próprio Sr. Pavlov, pois é ele que sopra o trompete; ele ou um de seus ajudantes, pouco importa.” (Lacan, 1967-1968, 15/01/1967).

O que queremos salientar aqui é a relação entre sujeito e significante que se faz presente nesta retomada de Lacan sobre os reflexos condicionados de Pavlov. O sujeito só pode ser definido em sua relação com os significantes e, mais precisamente, em sua relação com a ligação de significante a significante (Lacan, 1967-1968, 22/11/1967).

O ato tem certamente uma dimensão significativa, assim como Freud mostra com o estudo dos lapsos, equívocos e atos falhos no que chamou de *Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901). As próprias formações do inconsciente já demonstram por si sós a dimensão do ato colocado como significante, de forma que o ato demonstra seu sentido e valor justamente quando falha (Lacan, 1967-1968, 22/11/1967). É interessante notar que o ato falho, em sua perspectiva significativa, se impõe de maneira a causar sempre a surpresa de uma verdade que estava supostamente retida. É claro que a verdade não pode ser totalmente

dita e que caminha sempre por uma estrutura de ficção, mas o que o ato falho evidencia é a verdade se impondo através da fala que tropeça.

Entretanto, nem todos os lapsos e tropeços da fala são interpretáveis, nem tampouco toda falha significa necessariamente algum tipo de sucesso do ato (Lacan, 1967-1968, 06/12/1967). Mas, de certa maneira, o que essas formações do inconsciente colocam em evidência é que o ato se mostra certo justamente ao falhar, revelando na sua estrutura de equívoco um efeito de verdade. O que queremos destacar retomando a estrutura de falha do ato é a relação intrínseca entre o ato analítico e o significante, de maneira que, segundo Lacan (1967-1968):

“(...) o ato é um efeito de significante. Foi exatamente daí que partimos quando começamos a balbuciar a respeito, um fato de significante por onde tem lugar o retorno do efeito, digo efeito de sujeito, que se produz pela palavra, na linguagem, claro, retorno deste efeito de sujeito enquanto ele é radicalmente divisor. Esta é a novidade oferecida como um desafio pela descoberta psicanalítica, que estabelece como essencial que este efeito de sujeito seja um efeito de divisão.” (Lacan, 1967-1968, 20/03/1968)

Desta forma, Lacan procura situar o ato em relação ao significante, destacando como ponto central a ideia de divisão. Naturalmente, o sujeito só pode ser pensado como dividido, mas o que está em jogo nas formulações de Lacan é o ato analítico como um divisor de águas que engendra um antes e um depois como efeito de corte na cadeia significante. De certa maneira, o discurso do analisante mostra seu valor essencialmente quando se interrompe ou de alguma forma tropeça (Lacan, 1966d/1998, p.815).

Se levarmos em consideração que a verdade caminha por uma estrutura de ficção, o enigma do tempo lógico lacaniano evidencia que a verdade não pode ser toda dita. De certa maneira, diante da bateria significante que serve de base para o problema – a visão de dois brancos – não podemos afirmar uma conclusão dedutiva que se apoie numa certeza supostamente apreensível. A certeza só advém da tensão temporal que determina o momento de concluir, sendo que o juízo assertivo que comporta a saída da cela se manifesta em ato (Lacan, 1966b, pp.208 e 209). É justamente esta estrutura de falha que está presente no ato que conclui o enigma, já que mesmo sem a garantia da certeza absoluta de ser branco, é preciso concluir para que não seja tarde demais.

Mas, para além da teoria, como poderíamos pensar o ato na clínica? Quais suas possíveis incidências no tratamento? Como poderia o ato do psicanalista engendrar um corte na cadeia significante? Diante destas questões, não podemos deixar de incluir a dimensão da transferência que decorre da experiência analítica, já que ela é a precondição para que haja uma análise e, evidentemente, ato analítico.

Como definir então o ato analítico em relação à transferência? Podemos dizer que fora da transferência não há ato analítico, o que não implica que o ato seja equivalente à transferência (Lacan, 1967-1968, 29/11/1967). O que Lacan sublinha não é uma superposição de conceitos, mas sim que o ato está inteiramente ligado ao funcionamento próprio da transferência (Lacan, 1967-1968, 29/11/1967). Interpretação e transferência estão, sem dúvida, implicadas no ato psicanalítico, mas o ato não se reduz simplesmente a elas (Lacan, 1967-1968, 06/12/1967).

Numa das intervenções atribuídas a Lacan, uma paciente lhe relatava todos os horrores da *Gestapo*, a polícia nazista que espalhava o terror e o pânico por onde passava (Miller, 2011). Lacan então equivoca o significante por uma homofonia com a expressão francesa *geste à peau*, transformando de certa forma os horrores relatados pela paciente numa expressão homófona que remete ao afeto e à ternura de um carinho. Esta intervenção pode ser pensada como um ato psicanalítico que engendra um antes e um depois na cadeia de significantes que ordenavam a história do sujeito de uma maneira determinada.

Tal gesto só se faz possível dentro de uma dimensão transferencial que possibilite um momento oportuno para tal intervenção. Dentro desta perspectiva, a transferência seria uma pré-condição para a possibilidade do ato analítico, sendo o suporte no qual a interpretação poderia se dar e ter valor de ato. Podemos dizer que a interpretação é um ato analítico, mas não precisamos pensar necessariamente que todo ato analítico seja interpretação. No caso da intervenção de Lacan, podemos dizer que se trata de uma interpretação. Contudo, no apólogo do tempo lógico o ato não se confunde com a interpretação, se configurando muito mais no ponto limite de um tempo para compreender sem fim. Para se salvar, é preciso concluir e se antecipar à própria dúvida.

Outra questão importante na articulação diz respeito ao fato de Lacan afirmar que o sujeito está ausente justamente no instante em que o ato se presentifica (Lacan, 1967-1968, 29/11/1967). No ato, portanto, não há sujeito. Estranho paradoxo que pode ser pensado pelo

viés da tradução lacaniana do *Wo Es war soll Ich werden*. Lá onde isso estava – e não está mais, já que o verbo *estar* se encontra no passado –, devo advir como sujeito (Lacan, 1967-1968, 10/01/1967). Ambiguidade comportada também pela frase “um instante a mais, e a bomba explodia”, revelando no imperfeito em francês que a bomba poderia ou não ter explodido (Lacan, 1967-1968, 10/01/1967).

O que nos interessa para o desenvolvimento desta pesquisa é sobretudo o ato na sua função de corte, sendo que o sujeito emerge diferente do que era após o ato. Como já salientamos, no instante do ato não há sujeito, o que não indica que o sujeito deixe de operar, mas sim que naquele preciso instante do ato o sujeito é pura divisão (Malcher, 2016, p.55). Sendo assim, o ato não exclui o sujeito, mas sim opera um corte que engendra uma nova configuração subjetiva que não havia antes. Segundo Lacan (1966d/1998):

“Para que não seja vã nossa caçada, a nós, analistas, convém reduzir tudo à função de corte no discurso, sendo o mais forte aquele que serve de barra entre o significante e o significado. Ali se surpreende o sujeito que nos interessa, pois, ao se vincular à significação, ei-lo no mesmo barco que o pré-consciente. Pelo que chegaríamos ao paradoxo de conceber que o discurso na sessão analítica só tem valor por tropeçar ou até se interromper (...) Esse corte da cadeia significante é único para verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade no real.” (Lacan, 1966d/1998, p.815)

O que Lacan salienta é a função de corte no discurso, sendo que o corte é capaz de engendrar um novo começo e inaugurar uma outra configuração na cadeia de significantes do analisante que não havia antes. O ato do analista, portanto, está sempre colocado em uma relação intrínseca com a determinação de um começo (Lacan, 1967-1968, 10/01/1967). Dentro da perspectiva clínica, é preciso pensar o ato a partir de seu potencial de corte, seja a partir da interrupção das sessões, seja a partir das interpretações do analista. O que está em jogo é a retomada da questão do ato analítico através da perspectiva do sujeito, sendo que o ato está colocado sempre na dimensão de um dizer (Lacan, 1967-1968, 17/01/1968).

A própria definição do conceito de sujeito remete inevitavelmente a um efeito de discurso, ou seja, não há sujeito fora da dimensão da linguagem (Lacan, 1967-1968, 07/02/1968). Neste sentido, o ato analítico pode ser pensado como um marcador temporal dos tempos lógicos que retira o analisante de um tempo para compreender sem fim e força o momento de concluir (Vale e Castro, 2013, p.445). Entretanto, não podemos prever com antecedência quais serão as consequências do ato analítico.

De qualquer maneira, podemos dizer que a pressa imposta pelo analista através do

corde da sessão, por exemplo, pode ter um efeito precipitante no contexto clínico. No tempo lógico de Lacan, é a função da urgência que se coloca como fator determinante para o ato dos prisioneiros. Na clínica, por outro lado, a pressa pode ser engendrada pelo analista de acordo com sua administração do tempo das sessões e suas intervenções na fala do analisante. De certa maneira, as sessões curtas são importantes para que o analisante não fique colado somente no registro do tempo para compreender, a partir de longas racionalizações e intelectualizações de sua própria fala. É preciso por vezes forçar o momento de concluir, utilizando o tempo como um operador clínico.

O efeito de surpresa que pode ser causado pela interrupção de uma determinada fala e o corte que pode ser engendrado a partir das intervenções do analista se mostram imprescindíveis para a prática clínica. Lacan promove uma subversão em relação ao tempo das sessões ao retirá-las de um plano puramente cronométrico e situá-las como uma intervenção que cabe ao analista. Por outro lado, com suas formulações a respeito do ato analítico, ele abre um vasto campo teórico e clínico.

Podemos pensar a intervenção do analista como tendo o potencial para engendrar um efeito de corte, mas tal efeito só poderá reverberar *a posteriori*, sendo que a presentificação do sujeito se dá sempre só-depois. No tempo lógico lacaniano o que mais nos interessa, além dos tempos heterogêneos que ele implica, é o ato na sua possibilidade de instaurar um fim e, conseqüentemente, um novo começo.

Sem ato não há possibilidade de se conceber o tempo lógico, pois ele é necessário para que, no momento de concluir, haja a precipitação de um juízo em direção à saída. Na tentativa de definir o ato analítico fornecendo uma pequena ilustração clínica, percebemos que o ato do psicanalista sempre estará referido à questão da transferência e o momento da intervenção terá efeito de ato sempre só-depois. No tempo lógico, os efeitos do ato de sair da cela também só podem ser concebidos *a posteriori*.

Desta maneira, logo após o ato que precipita a certeza dos prisioneiros, cada um deles terá que explicar para o diretor do presídio o porquê de sua escolha. No tempo lógico, o ato não basta por si só, é preciso também pautar a decisão de cada um em motivos puramente lógicos que justifiquem o ato. De certa maneira, o ato no tempo lógico é determinado pela tensão temporal imposta pelo problema, sendo que é a partir do ato que o momento de concluir finalmente se objetiva e chega a termo. Por fim, “*a verdade do sofisma só vem a ser*

confirmada por sua presunção, se assim podemos dizer, na asserção que ele constitui” (Lacan, 1966b/1998, p.211). Sendo assim, os prisioneiros só podem presumir suas respostas, jamais afirmar uma certeza puramente racional.

Em suma, sabemos que o ato do psicanalista a rigor não equivale propriamente ao ato dos prisioneiros do tempo lógico. Contudo, algumas características que definem o ato analítico são importantes para problematizar o estatuto do ato no tempo lógico, como sua estrutura de falha, seu efeito de significante e sua função de corte. Podemos conceber o ato, portanto, como uma marca fundamental do tempo lógico de Lacan, que nos mostra não apenas uma lógica que envolve o tempo, mas sobretudo uma lógica que envolve o ato.

Capítulo 3 O Momento da Intervenção do Analista

3.1 O Momento Mais Oportuno da Intervenção: uma questão de tato

Vamos agora por último fazer uma breve incursão num tema importante para a discussão sobre os tempos que são próprios da psicanálise. Vamos abordar como Freud pensa o momento mais oportuno ou mais exato da intervenção do analista, procurando traçar articulações possíveis com o tempo lógico de Lacan. Já deixamos claro que a cronologia é apenas uma forma de se pensar o tempo, ou seja, sublinhamos a importância de concebermos o tempo sempre necessariamente no plural, de maneira que só podemos falar em *tempos*.

No primeiro capítulo, abordamos o tema da temporalidade em psicanálise por uma perspectiva predominantemente freudiana, destacando o conceito de *nachträglich*. No segundo, procuramos desenvolver brevemente o apólogo dos três prisioneiros do tempo lógico, destacando os diferentes tempos que ele envolve. O desenvolvimento do tempo lógico de Lacan, por sua vez, nos levou até o conceito de sujeito em psicanálise e a algumas considerações no que diz respeito ao ato analítico. Nossa aposta é que neste terceiro capítulo possamos circunscrever mais especificamente algumas das modalidades temporais que balizaram o trabalho até aqui em relação à prática da psicanálise. Neste momento final do trabalho, portanto, buscaremos caminhar especificamente no sentido da problematização do momento da intervenção do analista.

Sabemos que Lacan destaca como houve ao longo dos anos certo eclipse dos termos mais importantes da psicanálise, como o inconsciente e a sexualidade, sendo que para trazer à luz novamente a originalidade do pensamento de Freud, toma como tarefa a reordenação conceitual da psicanálise no campo da linguagem e na função da fala (Lacan, 1966a/1998, p.247). Lacan opera ainda uma subversão no que diz respeito ao tempo da sessão, que passa a ser pensado não em termos cronológicos, mas sim em termos lógicos, ressitando a experiência analítica numa nova dimensão temporal e destacando a importância das escanções suspensivas para o tratamento.

Contudo, não estamos defendendo nesta pesquisa que o tempo lógico é o tempo da sessão propriamente dito, mas sim que a sessão pode ser pensada em função do tempo lógico.

De certa forma, no tempo lógico não é o tempo que determina o ato, mas sim o ato que determina o tempo. Se pensarmos no ato do psicanalista como o próprio momento da intervenção clínica, podemos dizer que, até certo ponto, é pelo ato do psicanalista que podemos pensar na temporalidade das sessões. O ato do psicanalista é propriamente um *dizer* (Lacan, 1967-1968, 17/01/1968). Este dizer certamente faz uma espécie de corte, engendrando uma nova configuração subjetiva através, por exemplo, das interrupções da fala do analisante, das interpretações do analista e das equívocos dos significantes.

Segundo Lacan, a psicanálise dispõe apenas de um meio – a fala do paciente – e é válido lembrar que de certa maneira não existe fala sem resposta (Lacan, 1966a/1998, p.249). Há necessariamente um apelo em toda fala, um pedido que particulariza o sujeito da enunciação, delineando o ponto no qual o sujeito pode emergir. É interessante salientar que o silêncio do analista se constitui também numa resposta. Lacan critica os analistas de sua época que não levaram em conta a importância da suspensão das sessões, que tem todo o valor de uma intervenção, e ainda salienta que a resposta a uma determinada fala pode se mostrar em alguns casos mais frustrante que o próprio silêncio (Lacan, 1966a/1998, pp.250 e 253).

Sendo assim, vamos então tentar agora articular algumas considerações no que diz respeito à psicanálise como uma prática interpretativa que implica necessariamente um manejo específico da temporalidade subjetiva. Em outras palavras, é preciso constantemente realizar uma espécie de cálculo temporal em relação às possibilidades de interpretação, esperando o *momento mais oportuno* para que haja efetivamente algum efeito na esfera das intervenções. Freud se refere a esta questão quando trata da análise leiga, no debate imaginário com um possível interlocutor (Freud, 1926/1996):

“Quando tiver achado uma interpretação certa, encontra-se à frente outra tarefa. O senhor tem de esperar o momento exato no qual pode comunicar sua interpretação ao paciente com alguma perspectiva de êxito. (...) Isto é uma questão de tato, que pode tornar-se mais requintada com a experiência. O senhor estará cometendo grave erro se, num esforço talvez de encurtar a análise, lançar suas interpretações na cabeça do paciente logo que as houver encontrado. Dessa maneira o senhor obterá dele expressões de resistência, rejeição e indignação, mas não permitirá que seu ego domine seu material reprimido. A fórmula é: esperar até que o paciente tenha chegado tão perto do material reprimido que ele tenha apenas mais alguns passos na dianteira da interpretação que o senhor propuser.” (Freud, 1926/1996, p.217)

É preciso, portanto, que o analista tenha o tato necessário para que a pontuação oportuna seja feita. O que Freud sublinha é que o cálculo relativo ao momento de intervir deve ser permanentemente medido, o que naturalmente não se constitui numa tarefa simples para o psicanalista. Muito pelo contrário, este manejo do tempo é algo que só pode ser aprimorado com o passar dos anos, através da experiência da prática clínica. Em outras palavras, a intervenção do analista se dá sempre a partir de um manejo do tempo mais apropriado, questão sobre a qual também salienta Teixeira (2002):

“Não é por conseguinte casual que os textos de Lacan sejam quase sempre intervenções. A psicanálise se distingue de toda apreensão filosófica de uma verdade atemporal, na medida em que a interpretação da verdade do desejo, ao qual ela visa, por não ter permanência, implica necessariamente um manejo calculado da temporalidade subjetiva. Para interpretar, não basta encontrar o enunciado correto. É preciso, observava Freud, esperar o momento exato (*den richtigen Moment abwarten*) de enunciá-lo para se obter efetivamente êxito. Não existe interpretação analítica sem cálculo relativo ao *kairos*, ao tempo oportuno de seu proferimento.” (Teixeira, 2002, p.278)

Precisamos sempre levar em consideração, portanto, que a análise implica necessariamente um manejo bastante específico da temporalidade no que diz respeito à interpretação de uma maneira específica ou à intervenção clínica de uma maneira geral. O destaque conferido ao tempo, nesta perspectiva, se mostra tendo como pano de fundo a espera da ocasião mais exata, ou seja, o que ganha relevo para a experiência psicanalítica não é propriamente o *Chronos*, mas sim o *Kairos*, que simboliza justamente o momento mais oportuno de intervir.

Garcia-Roza também tece comentários interessantes a respeito do tempo de espera do proferimento de determinada fala utilizando Sófocles. Se a verdade de Édipo como parricida e incestuoso lhe fosse comunicada prematuramente por Tirésias, aquele não reconheceria de fato como sendo sua a história revelada pelo adivinho. Da mesma forma, o paciente não reconheceria como sendo sua a história comunicada de maneira precipitada pelo analista (Garcia-Roza, 1986/1996, p.29). Sendo assim, a espera do momento mais apropriado da intervenção se mostra imprescindível para a prática clínica.

É preciso que o analista não se precipite em relação ao tempo subjetivo do paciente no momento de intervir. Se houver precipitação, o efeito da intervenção estará fadado ao fracasso, o que pode em muitos casos somente fortalecer as resistências do analisante ou até mesmo provocar o abandono do tratamento. É possível ainda que uma interpretação prematura tenha como consequência fortalecer o mecanismo do recalque, induzindo o paciente a se defender veementemente contra qualquer fala posterior do analista.

Mas a cautela em relação à temporalidade da intervenção do analista não pode se transformar em medo de intervir. O analista deve pautar seu trabalho principalmente a partir dos cortes que sua fala pode promover no discurso do analisante, seja através da interpretação, seja através do ato analítico propriamente dito. Neste sentido, as escanções suspensivas do tempo lógico podem ser pensadas analogamente à intervenção do analista. Já vimos que elas são significantes constituintes do tempo lógico e promovem a passagem de uma modalidade temporal à outra, tendo valor de corte no sofisma.

A partir das escanções suspensivas promovidas pelo analista, o tempo lógico se mostra como um operador clínico dos mais fundamentais. O corte do psicanalista pode, por exemplo, barrar uma transferência erótica, equivocar um significante, delimitar um ponto de basta, sublinhar uma determinada fala ou impor ao analisante a pressa. A intervenção clínica não pode ser pensada em termos puramente cronológicos, deve ser articulada com sua especificidade lógica, tendo em vista que o próprio tempo lógico se relaciona intimamente com o ato analítico.

Freud também se deparou com a questão da intervenção que é feita “cedo demais” pelo analista em seu breve artigo sobre a *Psicanálise ‘Silvestre’* (1910). Ele introduz esta problemática a partir das intervenções sugestivas de um jovem médico que, diante de uma paciente que não conseguia tolerar a falta de relações sexuais com o marido após o divórcio, aconselhou-a a voltar para o marido, ter relações com um amante ou então buscar satisfação sexual em si própria (Freud, 1910/1996, p.235). Não se pode julgar o médico, pois neste exemplo de Freud se trata daquilo que a paciente escutou das palavras do médico. Não podemos ter acesso à realidade factual desta intervenção, ou seja, não podemos ter realmente certeza se o médico realmente disse essas palavras, embora o exemplo sirva para ilustrar o que seria uma intervenção inadequada e suas consequências.

Diante disso, a paciente passou a se convencer de que seu caso era incurável, pois não tinha desejo de voltar para o marido e, além disso, as duas outras alternativas lhe pareciam repugnantes, seja do ponto de vista religioso, seja do ponto de vista moral (Freud, 1910/1996, p.235). A partir desta ilustração clínica é preciso distinguir então o que seria dirigir o *tratamento* de um paciente e o que seria dirigir a *vida* de um paciente. Cabe ao psicanalista conduzir somente a análise e não as escolhas de vida do paciente propriamente ditas, pois a psicanálise não se reduz a um mero aconselhamento de analista para analisante. De uma maneira geral, uma intervenção sugestiva não é adequada, se configurando propriamente numa espécie de *erro técnico* (Freud, 1910/1996, p.239). A intervenção clínica do analista não pode se transformar meramente num conselho, pois isto seria destituir a própria psicanálise de sua posição ética.

Por outro lado, as intervenções do analista, quando feitas “cedo demais” podem ter uma série de efeitos negativos no tratamento. A intensificação das resistências ou o abandono do tratamento, como citadas anteriormente, são as consequências mais prováveis da intervenção inadequada ou prematura. Contudo, é preciso salientar que não há protocolo que possa prever de antemão o que é uma intervenção inadequada e seus desdobramentos para a análise, sendo apenas *a posteriori* que poderemos avaliar cada situação em particular.

Vale lembrar a metáfora de Freud que compara a análise ao jogo de xadrez, uma situação na qual somente as aberturas e os finais dos jogos são passíveis de algum grau de previsão (Freud, 1913/1996, p.139). A infinidade de jogadas que podem ser feitas depois do início não permitem nenhuma possibilidade de estabelecer um protocolo que possa ser seguido. É na particularidade de cada caso e na singularidade de cada sujeito que o desenrolar da operação analítica vai acontecer.

Se o analista se precipita em relação ao momento mais oportuno da intervenção, na ânsia de operar clinicamente de maneira eficaz, as consequências podem ser a exacerbação do conflito do paciente e uma intensificação dos sintomas (Freud, 1910/1996, p.239). Mas, como calcular o momento oportuno? O que o analista deve esperar especificamente antes de intervir? Segundo Freud (1910/1996, p.239):

“Primeiro, o paciente deve, através de preparação, ter alcançado ele próprio a proximidade daquilo que ele reprimiu e, segundo, ele deve ter formado uma ligação suficiente (transferência) com o médico para que seu relacionamento emocional com este torne uma nova fuga impossível. Somente quando estas condições forem satisfeitas se torna possível reconhecer e dominar as resistências que conduziram à repressão e à ignorância. A intervenção, portanto, requer de maneira absoluta um período bastante longo de contato com o paciente. As tentativas de surpreendê-lo na primeira consulta, inopinadamente lhe contando os segredos que foram descobertos pelo médico, são tecnicamente inadmissíveis. E elas, as mais das vezes, trazem sua própria punição por produzirem uma franca inimizade pelo médico da parte do paciente, e por impedi-lo de ter qualquer influência ulterior”. (Freud, 1910/1996, pp. 239 e 240).

De certa maneira, portanto, Freud sublinha que simplesmente relatar ao paciente o conteúdo recalcado de seu inconsciente, especialmente quando é feito de maneira precipitada, se configura basicamente num erro clínico. Mas, em que medida podemos articular o momento mais oportuno da intervenção do analista com o tempo lógico de Lacan? Como o tempo lógico poderia nos servir para desenvolver o tema da intervenção clínica?

Na sessão subsequente vamos tentar desenvolver e ampliar estas questões tendo como base o caso clínico do Homem dos Lobos.

3.2 O Homem dos Lobos: uma releitura do caso clínico a partir do tempo lógico

Logo de início, poderíamos nos perguntar o porquê da escolha do caso clínico do Homem dos Lobos para desenvolver o tema do tempo lógico em psicanálise. Trata-se evidentemente de um dos trabalhos mais importantes da obra freudiana que deu origem a inúmeras publicações de comentadores desde a sua publicação até hoje em dia. Contudo, a importância histórica do caso não é suficiente para justificar sua escolha para esta pesquisa. O que nos interessa para o desenvolvimento deste trabalho é que durante a análise Freud se deparou com alguns impasses sobre o tempo, seja no que diz respeito ao momento da intervenção, seja no que concerne à duração do tratamento.

Nossa aposta principal é que este caso, portanto, possa servir para problematizar alguns aspectos temporais do processo analítico. Mas, longe de servir como modelo para orientar nossas hipóteses, o caso do Homem dos Lobos deve ser tomado em sua

singularidade, observando-se as especificidades próprias de seu percurso analítico. Não tentaremos incluir nesta pesquisa as questões diagnósticas que foram suscitadas posteriormente e ainda são discutidas hoje em dia com relação a uma possível psicose, nem tampouco procuraremos nos aprofundar pormenorizadamente nos mais diferentes aspectos que envolveram sua análise com Freud como um caso de neurose-obsessiva. Não vamos também colocar em questão todo o percurso de análise posterior do Homem dos Lobos, nos restringindo unicamente ao seu período de análise com Freud.

O que estará em jogo aqui será uma breve análise do caso à luz da temporalidade, tema que servirá como nosso recorte teórico específico. Em outras palavras, buscaremos delimitar as questões que permeiam este caso no que diz respeito ao tempo. Freud ressalta no início da apresentação do caso clínico as dificuldades a respeito da gravidade dos sintomas de seu paciente e da duração da análise (Freud, 1914b/1996, p.19). Os tratamentos que impõem mais dificuldades podem ser justamente os mais importantes de serem discutidos. E não faltaram dificuldades ao longo da análise do Homem dos Lobos. Segundo Freud (1914b/1996):

“Os primeiros anos do tratamento produziram escassas mudanças. Devido a uma concatenação afortunada, todas as circunstâncias externas conjugaram-se, todavia, para tornar possível proceder à experiência terapêutica. Acredito que em circunstâncias menos favoráveis o tratamento teria sido abandonado depois de pouco tempo. Do ponto de vista médico, posso apenas declarar que, num caso dessa natureza, devemos comportar-nos tão ‘atemporalmente’ quanto o próprio inconsciente, se desejamos aprender ou conseguir alguma coisa.” (Freud, 1914b/1996, p.20)

Quando Freud se refere ao analista, portanto, diz que este deve agir de maneira *atemporal*. Isto não significa que a temporalidade cronológica não se imponha numa análise, mas significa sobretudo que o analista deve se guiar pelo tempo do inconsciente do analisante. É nesta perspectiva que o caso do Homem dos Lobos nos interessa, a partir dos impasses que esta análise colocou no que diz respeito ao tempo do inconsciente.

Por um lado, Freud se deparou com o conceito de *nachträglich* e as ressubjetivações posteriores da cena primária relatada pelo jovem russo. Por outro, observou uma série de

reverberações clínicas a partir da fixação de um limite imposto para o processo de análise. Tentaremos, portanto, retomar a importância do caso clínico do Homem dos Lobos para a questão do tempo no que diz respeito principalmente ao conceito de *nachträglich* e também à delimitação de uma data para o fim da análise.

O fato de Freud ter feito esta intervenção, impondo um limite para a duração do tratamento, trouxe uma série de consequências importantes que tentaremos analisar. Seria possível pensar nesta intervenção em termos lógicos? Se a resposta for afirmativa, caberia então a seguinte pergunta: do ponto de vista do tempo lógico, o que esta intervenção de Freud acarretou para o Homem dos Lobos? De certa maneira, o fato de Freud ter posto fim à análise e ter retomado com tanta insistência este caso posteriormente mostra que ele próprio não havia subjetivado alguns dos problemas em jogo neste caso (Miller, 2009/2011, p.24). Na tentativa de desenvolver estas questões, retomemos primeiramente o caso clínico.

O rico e jovem russo foi analisado por Freud de fevereiro de 1910 a julho de 1914, se constituindo num dos seus casos clínicos mais importantes (Freud, 1914b/1996, p.13). O relato foi escrito no final do ano de 1914, sendo que no início deste mesmo ano Freud havia publicado sua *História do Movimento Psicanalítico* (1914), texto no qual explica suas principais divergências em relação às teorias de Adler e Jung, além de fazer uma retomada histórica da constituição da psicanálise como prática, desde seu início com Breuer até aquele momento.

Foi então logo após a delimitação dos principais fundamentos da psicanálise, como a importância da teoria da libido, que Freud redigiu o caso do Homem dos Lobos. Este escrito está, portanto, diretamente ligado ao próprio desenvolvimento da psicanálise e à tentativa de Freud manter seu ponto de vista a respeito de suas bases, não se dobrando de forma alguma às opiniões divergentes da Psicologia Individual de Adler ou da Psicologia Analítica de Jung (Freud, 1914c/1996, p.17). Freud mantém firme sua posição principalmente no que diz respeito à teoria da sexualidade, chegando a afirmar que cada um tem o direito de pensar e escrever o que bem entender, contanto que não chame de psicanálise o que não é psicanálise (Freud, 1914c/1996, p.68).

Ele circunscreve nesta época de forma mais explícita o campo psicanalítico, de maneira a prosseguir sua pesquisa e clínica a despeito dos desvios e leituras equivocadas que haviam ocorrido ao longo dos anos em relação à psicanálise. Afinal, como afirmou na

epígrafe da retomada histórica do movimento psicanalítico, “*as ondas o abalam, mas não o afundam*” (Freud, 1914c/1996, p.18). É então neste clima de delimitação de um campo teórico e clínico bastante específicos que Freud realiza o relato do Homem dos Lobos.

Logo no início deste trabalho, enfatizamos que aquilo que nos interessa nesta pesquisa não é o tempo da ciência, mas sim o tempo subjetivo, ou seja, a temporalidade atravessada pela dimensão do sujeito. Desta forma, é importante salientarmos que, diferentemente da ciência, a psicanálise não opera a partir de um conhecimento cumulativo, mas sim caso a caso (Vieira, 2012, p.711). Desta maneira, o Homem dos Lobos não pode ser tomado como um paradigma a respeito do tempo lógico, mas sim como um caso que permite diferentes leituras, dentre as quais uma que coloque em pauta o tema da temporalidade é possível.

No texto de Freud, tudo converge para os lobos e a cena primitiva (Vieira, 2012, p.711). A neurose infantil é analisada por Freud muito tempo depois do trauma. Não se pode perder de vista, portanto, que a cena traumática relatada pelo jovem russo inclui necessariamente distorção e reelaboração, já que é vista pela perspectiva de um momento posterior (Freud, 1914b/1996, p.18). Fica patente que o sujeito ignora que se trata de três períodos de tempo, colocando seu eu presente na cena traumática infantil – ele desconsidera que com um ano e meio recebeu a impressão traumática, revive a cena aos quatro anos e somente vinte anos depois é capaz de compreendê-la em análise (Freud, 1914b/1996, p.54).

A cena do coito parental relatada pelo paciente de Freud inclui, portanto, todo um processo de montagem que se dá posteriormente, de maneira que não podemos afirmar com certeza a factualidade do episódio observado pelo jovem. Esta cena é relatada a partir das associações relativas a um sonho no qual o analisante de Freud se vê diante de uma imagem onírica aterrorizante. Nesta imagem, ele está diante de seis ou sete lobos brancos numa árvore e é invadido por um medo terrível de ser devorado pelos lobos (Freud, 1914b/1996, p.39). É através dessa formação do inconsciente, trilhando os caminhos construídos pelas associações do sonhador, que Freud chegará à cena do coito dos pais que marca o caso clínico.

É interessante sublinhar que Freud dá ênfase ao plano fantasmático da experiência psíquica e ao valor simbólico da cena, sem se prender propriamente à realidade material do relato de seu paciente. Mas, mesmo assim, Freud tenta de todas as maneiras localizar no tempo da história do jovem a sua questão. De alguma maneira é importante datar o sonho e Freud o localiza na véspera do Natal em que o menino completaria quatro anos (Freud,

1914b/1996, p.45). Foi uma associação do Homem dos Lobos que levou Freud a situar a data do sonho. Quando o paciente diz que a árvore do sonho era uma árvore de Natal, isto indica que a formação onírica se deu na expectativa do Natal, que era também o dia do seu aniversário (Freud, 1914b/1996, p.45). Por que seria tão importante saber a data do sonho? Por que Freud se preocupa em localizar a idade do jovem quando ele observa (ou imagina) a cena do coito dos pais?

No caso do sonho, uma resposta possível é que Freud estaria se perguntando sobre as forças motivadoras do desejo que deu origem àquela determinada produção onírica naquele momento específico. Seguindo esta linha de pensamento, podemos afirmar que o sonho teria como causa o desejo de satisfação sexual do menino em relação ao pai (Freud, 1914b/1996, p.45). Na medida em que a cena sexual dos pais é observada ou construída pela própria fantasia do menino, ele próprio pode imaginar como a satisfação era obtida pelo pai.

É importante sublinhar que Freud só chega ao material da cena através do sonho que é relatado de diferentes maneiras pelo jovem, produzindo distintas edições do mesmo sonho, o que certamente favoreceu a análise (Freud, 1914b/1996, p.46). Foi nos caminhos do inconsciente, através das diferentes versões do sonho com os lobos, que Freud conseguiu se aproximar da cena primária produzida pelo analisante. É justamente este passado não linear, sujeito a modificações e reelaborações, que está em jogo quando se trata das formações do inconsciente e das construções em análise.

É interessante que um dos primeiros sintomas que este paciente apresentou durante a análise com Freud à primeira vista remete ao tempo. O Homem dos Lobos olhava sempre insistentemente para um relógio que ficava no consultório de Freud. Vejamos como Freud constrói o significado desse sintoma durante o relato clínico a partir da fala do Homem dos Lobos:

“O primeiro ‘sintoma transitório’ que o paciente produziu durante o tratamento retornou uma vez mais à fobia ao lobo e ao conto de fadas dos ‘Sete Cabritinhos’. Na sala em que as primeiras sessões foram realizadas havia um grande relógio de pé, defronte ao paciente, que ficava no sofá sem voltar o rosto para mim. Impressionava-me o fato de que, de vez em quando, ele se virava na minha direção, olhava-me de uma maneira bastante amistosa, como que para me aplacar, e então afastava de mim o olhar e fixava-o no relógio. Na ocasião eu achava que, dessa forma, ele procurava mostrar-me que estava ansioso pelo fim da sessão. Muito

tempo depois o paciente recordou-me essa cena de espetáculo mudo e deu-me uma explicação a respeito dela. Lembrava-se de que o mais novo dos sete cabritinhos escondeu-se na caixa do relógio de parede, enquanto os seis irmãos eram comidos pelo lobo. Assim, o que ele queria dizer era: ‘Seja bom para mim! Devo ficar com medo do senhor? O senhor vai devorar-me? Terei que me esconder do senhor na caixa do relógio, como o cabritinho mais novo?’ O lobo do qual tinha medo era, sem dúvida, seu pai (Freud, 1914b/1996, pp.49 e 50)

Freud, portanto, procede através do único meio que tem para chegar até o significado particular do sintoma – a fala do paciente. É através da fala que ele se aproxima da cena primária, através dos relatos do sonho de angústia que marca o caso. Em relação a este sintoma de olhar o relógio especificamente, embora ele nos remeta imediatamente ao tempo, a questão que o paciente de Freud endereça é o medo do pai. O relógio seria, neste sentido, um refúgio no qual o Homem dos Lobos poderia se proteger do temor da castração. Mas, o que poderia estar em jogo quando se trata do tempo desta análise?

Quando retoma o caso do Homem dos Lobos, Lacan afirma que Freud exige uma objetivação quando se trata de datar a cena primária, mas leva em conta todas as ressubjetivações posteriores da cena (Lacan, 1966a/1998, p.257). O conceito de *nachträglich*, portanto, revela que o passado de que se trata quando um paciente nos revela sua história é o passado do *a posteriori*, um passado permanentemente aberto, já que não está dado, mas precisa ser construído. Este passado é construído necessariamente só-depois, estando as diferentes representações psíquicas sempre sujeitas a rearranjos. Dentro desta perspectiva, o passado só se torna passado retrospectivamente, como já afirmamos no início desta pesquisa.

Não podemos perder de vista que o passado em psicanálise é único para cada sujeito e cada sujeito é único em relação a seu próprio passado. O caso clínico de Freud permite separar a questão do sujeito e do objeto, já que por um lado o lobo é o nome do sujeito e por outro o próprio sujeito é tomado como objeto na cena primária (Vieira, 2012, p.712). Em outras palavras, na cena traumática o sujeito é o olhar em relação à cena do coito dos pais e no sonho, ele é olhado pelos lobos, o que lhe causa o sentimento de medo de ser devorado.

Para conduzirmos uma releitura do caso à luz do tempo lógico precisamos colocar o sujeito em foco. É preciso operar um deslocamento do universal dos sintomas para o singular do sintoma de cada um (Vieira, 2012, p.714). É somente nesta medida que o Homem dos Lobos pode nos servir como referência para tratar o tema da temporalidade, ou seja, é

somente na singularidade de questões que sua análise produziu que poderemos desdobrar algumas das perguntas relativas ao tempo que nos acossam nesta pesquisa. Isso não significa tomar o caso como um modelo, o que seria incorrer no erro das generalizações. Muito pelo contrário, o que está em jogo é a particularidade desta análise com Freud e as questões únicas que este paciente suscitou neste momento histórico específico da psicanálise.

Em relação à duração da análise, nas considerações iniciais a respeito do Homem dos Lobos Freud já sublinha que a rigor é necessário dedicar bastante tempo ao trabalho analítico (Freud, 1914b/1996, p.19). Mas, mesmo sendo conduzido durante longos períodos de tempo, o processo de análise se desdobra de maneira que o analista não pode estabelecer de fato uma garantia ou qualquer tipo de certeza tanto em relação à duração do tratamento, quanto em relação ao sucesso terapêutico. Como já salientamos, no caso do Homem dos Lobos, os primeiros anos quase não produziram mudanças, sendo que o próprio Freud imaginou que, se as circunstâncias fossem menos favoráveis, o paciente teria abandonado o tratamento tão logo o iniciara (Freud, 1914b/1996, p.19).

A fixação de um término para a análise permitiu, para Freud, o acesso a materiais que possibilitaram esclarecer as inibições do paciente e avançar no trabalho analítico num período relativamente curto de tempo (Freud, 1914b/1996, p.21). Esta posição tomada por Freud, diante da qual não cedeu e sustentou com firmeza, só foi assumida quando houve claros indícios de que o momento certo desta intervenção finalmente chegara (Freud, 1914b/1996, p.21).

Fixar uma data para o término do tratamento é engendrar a urgência do momento de concluir, instituindo a pressa como um operador clínico que tem uma série de possíveis efeitos. Dentre eles, Freud destaca a diminuição da resistência e da fixação na doença, o que permitiu, neste caso, uma maior lucidez da parte do paciente, sendo que foi justamente neste curto momento do tratamento que Freud compreendeu mais a fundo a neurose infantil em questão (Freud, 1914b/1996, p.21).

Uma intervenção como esta exige um manejo temporal bastante cuidadoso da parte do analista e a singularidade de cada caso impõe uma especificidade única que é preciso medir diferentemente em cada situação. A psicanálise é, portanto, uma prática que pressupõe da parte do psicanalista uma administração do tempo da intervenção, pautada pela particularidade de cada caso em especial.

Lacan afirma que Freud, no caso clínico do Homem dos Lobos, anula os *tempos para compreender* em prol dos *momentos de concluir*, sublinhando que estes termos são funções do teorema apresentado no seu escrito sobre o tempo lógico (Lacan, 1966a/1998, p.258). Fica evidente que, desta maneira, a pressa possui uma função precipitadora no processo analítico. Marcar uma data para o término da análise é um passo dado por Freud que engendra de maneira bastante enfática a urgência em concluir. A partir do momento em que um limite para o fim é marcado, a pressa está inevitavelmente introduzida pelo analista.

É preciso pensar nesta intervenção e seus efeitos em termos lógicos, sendo que ao mesmo tempo em que boa parte do material da análise vem à tona por conta da ameaça do término, outra parte permanecerá inevitavelmente sepultada e fora do alcance do analista (Freud, 1937b/1996, p.231). A passagem dos tempos para compreender em direção aos momentos de concluir no processo analítico não se dá sem consequências, seja do ponto de vista do manejo clínico do analista, seja do ponto de vista do trabalho do analisante. A pressa pode provocar o silenciamento sobre determinadas questões, mas também é certamente aquilo que precipita o sujeito numa asserção sobre si e em direção à sua verdade.

Lacan fez comentários interessantes a respeito do Homem dos Lobos nos anos que se dedicou a falar sobre o eu na teoria de Freud, destacando de maneira bastante marcante desde o início que o sujeito da psicanálise está para além do ego (Lacan, 1954-1955/1985, p.221). Por essa razão, Lacan usa o termo *je* quando se refere ao sujeito do inconsciente e o termo *moi* quando fala da instância do eu propriamente dita. De certa maneira, a pressão temporal imposta por Freud no caso do Homem dos Lobos força um deslocamento da análise do eixo imaginário para o eixo simbólico do tratamento.

Em outras palavras, é na escassez do tempo imposta pela intervenção de Freud que o inconsciente do Homem dos Lobos encontra uma abertura para se manifestar. É possível até mesmo dizer que durante os anos iniciais da análise, quem falava era muito mais seu próprio eu (*moi*) que o sujeito do inconsciente (*je*). Mas, não estamos nesta pesquisa defendendo a intervenção de Freud, suficientemente problematizada e questionada por ele próprio. O que queremos sublinhar é simplesmente que a delimitação de um prazo para o fim do tratamento demonstra a função da pressa no movimento lógico da análise, precipitando o sujeito em relação aos seus momentos de concluir.

Lacan sublinha, no mesmo seminário a respeito do eu na obra de Freud, que o tempo lógico foi uma criação sua que teve como objetivo distinguir o imaginário do simbólico (Lacan, 1954-1955/1985, p.359). Desta maneira, podemos afirmar que é a pressa imposta pela intervenção de Freud que se configura como o ponto de virada da análise do Homem dos Lobos. A partir da delimitação do término do tratamento, Freud promove uma passagem do plano imaginário para o plano simbólico, convocando de certa forma o sujeito do inconsciente. Poderíamos então pensar nesta intervenção de Freud como um ato analítico?

Certamente esta intervenção engendra um antes e um depois do qual não se pode mais recuar. Contudo, não é esse o único critério que distingue uma intervenção clínica qualquer do ato analítico. Sabemos que após a delimitação da data para o fim de análise, voltar atrás é simplesmente inviável, pois significaria colocar em cheque toda a credibilidade e confiança de Freud construída gradualmente a partir do vínculo transferencial. Mas seria esta demarcação temporal de Freud um ato? Vamos deixar por ora esta questão em aberto e tentar retomar a afirmação de Lacan da distinção entre imaginário e simbólico no tempo lógico.

Lacan afirma que aquilo que não se vê (os discos pretos) é absolutamente determinante para o enigma dos três prisioneiros chegar ao fim e, além disso, a imobilidade dos prisioneiros é que denuncia para cada um deles que se encontram na mesma situação, ou seja: todos são brancos (Lacan, 1954-1955/1985, p.360). O apólogo do tempo lógico, portanto, traz necessariamente embutida a ideia de que os sujeitos encontram a saída do enigma no terceiro tempo – o momento de concluir assertivamente que são brancos. Segundo Lacan (1954-1955/1985):

“É de sua própria pressa que depende que ele não esteja enganado. Ele deve pensar lá consigo mesmo – *Se eu não me apressar em ir dar nesta conclusão, vou cair automaticamente não só na ambiguidade, como no erro, dadas minhas premissas. Se eu os deixar tomar minha dianteira, é a prova de que sou preto.* É um sofisma, como vocês estão percebendo, e o argumento se inverte no terceiro tempo. Tudo depende de algo que não dá para apreender. O sujeito tem nas mãos a própria articulação através da qual a verdade que ele depreende não é separável da própria ação que dela testemunha. Se esta ação tardar um instante apenas, ele sabe da mesma feita que vai-se achar mergulhado no erro”. (Lacan, 1954-1955/1985, pp.360 e 361).

Desta maneira, a verdade atingida no enigma não é separável do ato que a conclui. Lacan se pergunta aonde se situaria a linguagem e a fala no tempo lógico. Esta questão remete à distinção entre o plano imaginário e o plano simbólico no sofisma. A linguagem se localizaria nos dados iniciais do problema (dois discos pretos e três brancos sendo distribuídos entre os prisioneiros) e a fala se localizaria no momento em que o sujeito se precipita e afirma – *sou branco* (Lacan, 1954-1955/1985, p.363). Lacan tenta distinguir, desta maneira, o momento imaginário da linguagem e o momento simbólico da fala, sendo este último o correlato do instante de afirmação do sujeito (Lacan, 1954-1955/1985, p.363). Segundo Lacan (1954-1955/1985):

“Não estou-lhes dando isto como um modelo de raciocínio lógico, porém como um sofisma, destinado a manifestar a distinção que existe entre a linguagem aplicada ao imaginário – pois os dois outros sujeitos são perfeitamente imaginários para o terceiro, ele os imagina, eles são meramente a estrutura recíproca como tal – e o momento simbólico da linguagem, ou seja, o momento da afirmação. (...) Eis aí onde para a potência que nos é revelada pela originalidade das máquinas que temos entre as mãos. Há uma terceira dimensão do tempo que, incontestavelmente, não lhes pertence, e que tento imajar para vocês por intermédio deste elemento que não é nem o atraso nem o adiantamento, porém a pressa, ligação própria do ser humano com o tempo, com o carro do tempo, que está aí, a esporeá-lo por detrás. É aí que a fala se situa, e que não se situa a linguagem que, ela, dispõe do tempo inteiro. É por isso, aliás, que não se consegue nada com a linguagem.” (Lacan, 1954-1955/1985, p.363)

Para concluir, portanto, é necessário que haja fala, é preciso que a dimensão da hesitação e da postergação opere uma passagem para a dimensão da precipitação, se transformando na fala “*sou branco e eis como sei disso...*”. Sem esta função simbólica da fala não há tempo lógico. De certa maneira, é na passagem do tempo de compreender para o momento de concluir que podemos situar o ponto de virada do nível imaginário do problema para o nível simbólico.

Quando Lacan afirma que não se consegue nada com a linguagem, certamente ele se refere à linguagem aplicada ao imaginário e não ao ato de dizer. No enigma do tempo lógico, o momento da asserção sobre si é o momento simbólico da linguagem por excelência. É a segunda escanção suspensiva do tempo lógico que divide dois modos diferentes de subjetivação do problema. Por um lado, os *sujeitos indefinidos* (a não ser por sua

reciprocidade) do tempo para compreender (Lacan, 1966b/1998, p.205). Por outro lado, o *sujeito da asserção* do momento de concluir (Lacan, 1966b/1998, p.207).

No caso do Homem dos Lobos, Freud força esta passagem do registro imaginário para o registro simbólico com a autoridade de sua intervenção a respeito da delimitação do tempo do tratamento de seu paciente, que teve seus tempos para compreender sacrificados em prol dos seus momentos de concluir. É esta passagem da linguagem aplicada ao imaginário em direção à dimensão simbólica da fala que está em jogo neste caso clínico. Freud com sua intervenção força a saída de seu paciente de um tempo para compreender marcado pela hesitação. Contudo, a projeção por parte do analista de qual é o tempo para compreender do sujeito será sempre uma medida aproximativa e nunca exata. Daí a complexidade da clínica no que diz respeito à temporalidade subjetiva.

3.3 A Imprevisibilidade da Duração do Tratamento em Psicanálise

Vamos agora tentar condensar algumas das questões levantadas anteriormente no que diz respeito principalmente ao fim do tratamento. Para isso, partiremos primeiro de Freud para depois nos aproximarmos de Lacan. Esta temática certamente possui um vasto campo teórico, o que torna a questão do tempo do tratamento em psicanálise um assunto praticamente inesgotável. Portanto, não faremos incursões muito pormenorizadas a respeito do problema do fim da análise, apenas tentaremos nesta parte do trabalho esboçar um pequeno recorte teórico que dialogue com o percurso desta pesquisa até então.

Em um de seus últimos trabalhos teóricos, Freud discute a questão do tempo do tratamento e, mais especificamente, a questão da possível fixação de uma data por parte do analista para o término de uma análise. Como já vimos, ele se deparou com esta questão no caso clínico do Homem dos Lobos. Uma vez tomada esta decisão e já tendo sido comunicada esta data ao paciente, o analista não pode mais voltar atrás. Ele salienta que esta é uma questão de tato e aplica o ditado que afirma: “*o leão só salta uma vez*” (Freud, 1937b/1996, p.231).

O tempo do tratamento só pode ser terminável do ponto de vista da temporalidade cronológica, porque a ideia de Freud é justamente que o processo analítico de certa maneira

não tem fim. Por isso, a análise é terminável e interminável ao mesmo tempo. O fim se dá do ponto de vista da observação mais aparente, ou seja, o final de uma análise a rigor é o momento em que analista e analisante não mais se encontram. Mas, do ponto de vista subjetivo, a análise é interminável por definição. Naturalmente, com Lacan é possível falar em fim de análise, momento no qual se opera a passagem de psicanalisando à psicanalista. Mas o que queremos sublinhar por ora são as dificuldades que se colocam no caminho que levaria a este fim.

Os obstáculos e limites da psicanálise são enfatizados por Freud em *Análise Terminável e Interminável* (1937). Ele salienta que as tentativas de encurtar o tratamento analítico geralmente malograram, sendo a psicanálise uma prática que necessariamente consome tempo (Freud, 1937b/1996, p.229). Freud propõe um redirecionamento da questão do analista em relação ao fim do tratamento na seguinte passagem:

“(...) parece-me que o interesse dos analistas está bastante erradamente dirigido. Em vez de se indagar como se dá uma cura pela análise (assunto que acho ter sido suficientemente elucidado), se deveria perguntar quais seriam os obstáculos que se colocam no caminho de tal cura.” (Freud, 1937b/1996, p.233)

Freud se desloca de uma posição otimista em relação aos sucessos terapêuticos da psicanálise, salientando muito mais as suas dificuldades do que as suas garantias. O processo analítico não deve ser encurtado pelo analista, nem tampouco pode este último garantir ao paciente qualquer tipo de profilaxia em relação ao adoecimento. O trabalho do psicanalista, nesta perspectiva, envolve necessariamente a imprevisibilidade do tempo.

Três fatores ganham posição de destaque por parte de Freud em relação ao possível sucesso ou fracasso de um tratamento – a influência dos traumas, a força constitutiva das pulsões e as alterações do eu (Freud, 1937b/1996, p.237). Levando em conta que os traumas parecem praticamente inevitáveis, as pulsões são insaciáveis por definição e as alterações do eu não podem ser alcançadas facilmente, podemos dizer que a questão da cura em psicanálise esbarra nos próprios limites das possibilidades do tratamento.

Evocando as palavras de um satirista austríaco chamado Johann Nestroy, Freud destaca como os efeitos de uma análise não podem ser concluídos imediatamente, pontuando de certa forma que é necessário ter cautela em relação aos resultados positivos do tratamento. Afinal, “*todo passo à frente tem somente a metade do tamanho que parece ter a princípio*” (Nestroy *apud* Freud, 1937b/1996, p.241). Freud chama atenção para os *fenômenos residuais* que podem aparecer quando, por exemplo, uma pessoa generosa apresenta traços avarentos ou ainda uma pessoa extremamente bondosa apresenta reações intensas de hostilidade (Freud, 1937b/1996, p.241).

Tais fenômenos mostram que qualidades como a generosidade e a bondade podem ser pensadas como compensações não completamente bem sucedidas, revelando alguns dos impasses que o trabalho de análise inevitavelmente enfrenta (Freud, 1937b/1996, p.242). Qualquer sucesso obtido pelo trabalho de análise não pode ser garantido pelo analista, o qual pode somente atingir de modo incompleto seus objetivos (Freud, 1937b/1996, p.242). As transformações são atingidas apenas parcialmente e as mudanças não são facilmente obtidas. O caminho de uma análise é necessariamente tortuoso e difícil de ser percorrido. Os fenômenos residuais mostram como o trabalho analítico precisa levar em conta um resto que permanecerá inevitavelmente intocado pela análise.

Freud também ressalta que há pessoas que apresentam uma especial *adesividade da libido*, de maneira que dificilmente abandonam as suas habituais catexias libidinais durante o processo analítico (Freud, 1937b/1996, p.255). Este é um empecilho para o tratamento, na medida em que coloca obstáculos em relação às possíveis mudanças de investimento psíquico. Por outro lado, há pessoas que muito facilmente abandonam suas catexias e prontamente reinvestem em novos objetos. Contudo, nestes casos os resultados da análise se mostram frequentemente transitórios (Freud, 1937b/1996, p.255).

Freud faz uma comparação interessante entre o processo analítico numa pessoa com extrema fixidez da libido e noutra que apresenta uma maior fluidez dos investimentos psíquicos. Ele diz que quando se trata do primeiro grupo de pessoas é como se o analista fosse um escultor trabalhando em pedra dura enquanto que no segundo caso ele seria um escultor trabalhando em gesso macio (Freud, 1937b/1996, p.255). Esta metáfora de Freud é interessante e lembra a comparação que mencionamos no primeiro capítulo entre o trabalho do analista e do arqueólogo. Seja na comparação com os escultores, seja na comparação com

os arqueólogos, é importante notar que o processo analítico inclui necessariamente restos e sobras.

Desta forma, a psicanálise aponta para os limites do seu próprio campo teórico e clínico, de maneira que sempre haverá algo de intocável numa análise. Certamente, uma das questões principais colocadas por Freud como obstáculo para o processo analítico é a questão do excesso das pulsões (Birman, 1988, p.28). Dentro dessa perspectiva, o eterno confronto entre *Eros* e *Thanatos* seria a marca mais evidente dos impasses de uma análise, que sempre se daria nesta conflitualidade entre pulsões de vida e pulsões de morte. É importante salientar que o próprio analista se inclui nesta tensão pulsional constitutiva do psiquismo (Birman, 1988, p.34).

É neste cenário de luta pulsional entre vida e morte que os impasses do tratamento são analisados por Freud, tendo como pano de fundo da discussão principalmente a potência e o alcance dos efeitos destrutivos da pulsão de morte. Freud deixa claro que não se trata de duas concepções antagônicas entre uma teoria otimista e outra pessimista do funcionamento mental, mas sim da ação concorrente ou mutuamente oposta das duas classes de pulsões, o que explicaria a imensa multiplicidade de fenômenos observados na clínica (Freud, 1937b/1996, pp.256 e 257). Ele se interessa principalmente pela análise das resistências, problematizando as forças que se colocam como impedimentos para o restabelecimento do paciente e um especial apego ao sofrimento e à doença (Freud, 1937b/1996, p.256).

Freud encontra apoio na Filosofia para embasar suas ideias a respeito da conflitualidade pulsional. Em 1920, ele se valeu do *Banquete* de Platão para tecer seus comentários a respeito da dualidade de pulsões e em 1937 se apoiou nos dois princípios de Empédocles – o amor e a discórdia (Freud, 1920/1996, p.66; Freud, 1937b/1996, pp.258 e 259). Podemos dizer que Freud mantém o dualismo até o fim de sua vida, circunscrevendo neste jogo de forças as principais dificuldades encontradas no tratamento analítico. A força constante das pulsões que jamais se apazigua por completo é talvez o signo mais eloquente do processo psicanalítico como algo necessariamente interminável. Mas, para além da dualidade das pulsões, quais os impasses que se colocariam no caminho de uma análise?

Freud classifica a análise como uma *tarefa impossível*, assim como o governo e a educação (Freud, 1937b/1996, p.262). Educar, governar e analisar seriam, portanto, profissões inviáveis de se realizar por completo, ou seja, seriam atividades marcadas pelos seus próprios

limites e impossibilidades. Dentro desta perspectiva, Freud se pergunta como poderia o analista encontrar as habilidades necessárias para sua formação e chega à conclusão que o mais importante talvez seja sua própria análise pessoal, mesmo que esta só possa ser incompleta por definição (Freud, 1937b/1996, p.262). Ele sublinha também que todo analista deveria se submeter periodicamente ao processo de análise em intervalos de pelo menos cinco anos (Freud, 1937b/1996, p.263).

A análise, portanto, é um processo sem fim no qual nenhuma garantia de sucesso terapêutico pode ser estabelecida de antemão. Muito pelo contrário, Freud mesmo permaneceu sempre muito cético em relação aos progressos da análise e frequentemente salientou muito mais os seus impasses do que as suas conquistas. Mesmo assim, através do ato do psicanalista é possível operar clinicamente através dos cortes, das interrupções da fala, das interpretações e do equívoco do sentido. Mesmo que a psicanálise seja um caminho tortuoso e necessariamente longo, não prometendo um ponto de chegada seguro a ninguém, é principalmente por meio do ato analítico que poderemos ver emergir o sujeito numa nova configuração subjetiva, ocupando uma posição diferente da anterior e podendo então seguir novos caminhos.

Neste sentido, portanto, podemos pensar no ato analítico como algo que necessariamente possui uma função de corte. Mas, como podemos articular mais especificamente as balizas temporais que marcariam a duração da sessão analítica e do tratamento como um todo? Já salientamos que Lacan situa temporalmente a sessão fora de um plano cronométrico estrito. Ele se preocupa sobretudo com as incidências subjetivas de um tempo não determinado para o fim da sessão, sendo sua conclusão sempre inscrita num tempo variável e imprevisível.

Além disso, segundo Lacan, seria impossível definir o tempo de duração do tratamento por duas razões principais:

“- uma que provém dos limites de nosso campo e confirma nossa colocação sobre a definição de seus confins: não podemos prever no sujeito qual será seu *tempo para compreender*, na medida em que ele inclui um fator psicológico que nos escapa como tal;

- outra que é propriamente do sujeito, e pela qual a fixação de um término equivale a uma projeção espacializante, onde ele se encontra desde logo alienado de si mesmo: já que o prazo de sua verdade pode ser previsto, advenha o que advier na intersubjetividade intervalar, é que a verdade já está dada, ou seja, restabelecemos no sujeito sua miragem original, na medida em que, ao sancionar isso com nossa autoridade, instalamos sua análise numa aberração, que será impossível de corrigir em seus resultados.” (Lacan, 1966a/1998, p.311)

A fixação de uma data para o término engendra, portanto, efeitos dos quais não se pode escapar posteriormente. É certo que o inconsciente demanda tempo para se revelar, mas isso não quer dizer que alguém possa prevê-lo (Lacan, 1966a/1998, p.314). Chama-nos a atenção o fato de Lacan criticar a fixação de um prazo para a análise, comentando que se o analista procede desta forma é como se a verdade do sujeito já estivesse dada e pudesse ser prevista. No tempo lógico, nenhum dos três prisioneiros possui de antemão a verdade sobre seu próprio disco. Muito pelo contrário, é na corrida rumo à verdade de si mesmo que se desenrola todo o problema lógico. Antes do momento de concluir, portanto, os sujeitos A, B e C encontram-se alienados em relação aos seus próprios discos, ou seja, eles são um enigma para si próprios. É neste cenário de desconhecimento de si mesmo que se desenrola toda a questão do tempo lógico.

Mas, e em relação ao tempo da sessão analítica? Como podemos articular esta questão ao tempo lógico? É importante ressaltar que Lacan critica os analistas de sua época que se pautavam pela sessão cronologicamente determinada. O que ele sublinha é a escansão suspensiva da sessão que tem todo o valor de uma intervenção e que não deve ser decidida simplesmente pelo relógio (Lacan, 1966a/1998, p.253). Afinal, quem interrompe a sessão é a rigor o analista, mesmo aquelas cronologicamente determinadas. Jacques-Alain Miller propõe uma leitura interessante a respeito da sessão analítica, que seria um lapso de tempo no qual se tenta de alguma forma estabelecer uma relação com a atemporalidade do inconsciente (Miller, 2000, p.49).

Esse ponto de vista pressupõe uma dupla temporalidade em jogo na sessão. Por um lado, um tempo que rumo em direção ao futuro, marcado por esperas e projetos, e um outro tempo que vai em direção ao passado, trazendo a ilusão do “estava escrito”, como se o passado já estivesse dado. De certa forma, portanto, o que é vivido na sessão se inscreve no presente e concomitantemente no passado, de maneira que a própria experiência do

inconsciente é a experiência dessa reversão temporal (Miller, 2000, p.51). O valor da suspensão das sessões, por outro lado, retira de um plano cronométrico a intervenção do analista e situa aí sua responsabilidade. Se o tempo lógico se mostra articulado ao ato analítico, não podemos perder de vista sua incidência propriamente clínica.

A sessão analítica se desdobra de certa maneira entre um fundo de repetição e surpresa. Por um lado, apresenta-se a regularidade das sessões que se repetem ao longo do tempo, uma regularidade repetitiva que pode inclusive incomodar determinados pacientes, que pedem para que suas sessões sejam em dias ou horários diferentes (Miller, 2004, p.209). Atender ou não a este pedido depende das particularidades de cada caso. Mas, o que queremos sublinhar é que a análise não se reduz a uma série de sessões, embora as sessões sejam uma condição *sine qua non* do processo analítico (Miller, 2004, p.209). A análise continua, de certa forma, mesmo fora da sessão, na vida cotidiana do analisante.

Por outro lado, a sessão contém sempre algo de inesperado, portando necessariamente um elemento de surpresa que é induzido pela associação livre. Quando um paciente nos diz “hoje não tenho nada para falar” é preciso que o analista esteja bastante atento, pois há sempre a possibilidade desta frase anunciar que um material importante para a análise poderá ser encontrado na fala do analisante naquele dia, mesmo que se apresente sobre um fundo de resistência (Miller, 2004, p.210). Durante a sessão, portanto, estamos diante das surpresas da fala, ou seja, estamos diante do imprevisível que é ditado pela regra fundamental da associação livre. Atos falhos, lapsos de memória, chistes e sonhos aparentemente sem sentido fazem parte deste elemento surpresa das formações do inconsciente.

Dentro desta perspectiva de repetição e surpresa na sessão, o analista ocupa uma função primordial através de seu ato. É somente através de suas intervenções que o analista poderá pontuar determinada fala num ponto específico ou interromper a sessão num determinado momento, instituindo uma espécie de ruptura nas repetições do analisante através do corte. O ato do psicanalista está diretamente ligado a esta função de surpresa, assim como no exemplo do *geste à peau* que evocamos no capítulo anterior.

O analista é o responsável pela pontuação da dialética da fala que lhe é endereçada (Lacan, 1966a/1998, p.314). Em escrituras clássicas, como nos textos canônicos chineses ou na Bíblia, a ausência de pontuação é frequentemente fonte de ambiguidade, sendo que pontuar

significa fixar um sentido ou alterá-lo, de acordo com a marcação que é feita (Lacan, 1966a/1998, p.315).

Da mesma maneira, o analista pode introduzir um elemento de surpresa ao interromper uma sessão, sublinhando, através de suas intervenções, determinados significantes ou precipitando os momentos de concluir do sujeito. As sessões cronometricamente determinadas acabam tendo como efeito a suspensão deste elemento de imprevisibilidade, o que pode ter como consequência o engessamento da fala do analisante nas mais puras racionalizações.

Portanto, seja no que diz respeito ao tempo da sessão ou no que concerne ao tempo de uma análise, estamos sempre necessariamente diante de um tempo imprevisível. Qual seria o momento de concluir? Impossível responder a esta pergunta de maneira definitiva. As particularidades de cada caso e a singularidade de cada sujeito impedem que possamos prever o curso do processo analítico.

Em suma, procuramos nesta parte do trabalho sublinhar como a análise é infinita por definição. Para além da dualidade pulsional, tão enfatizada por Freud em *Análise Terminável e Interminável* (1937), quando se trata da duração do tratamento estamos diante de muitos impasses que só poderão ser avaliados caso a caso. Assim como no tempo lógico, cabe a cada sujeito buscar uma forma de sair da cela que cerceia sua liberdade. O risco que se corre, neste sentido, é pensar demais, incorrendo em longas intelectualizações. Para concluir, é necessário se precipitar. Para concluir, é necessário o ato.

Considerações Finais

Nesta pesquisa tivemos como ponto de partida a impossibilidade de tratar de um único tempo em psicanálise, sendo que a própria etimologia do termo *tempo* remete a uma pluralidade. Desta maneira, elencamos como objetivos principais delimitar alguns dos *tempos* da psicanálise tendo como base principal o tempo lógico. Procuramos partir primeiro de Freud, destacando a não linearidade do tempo nas formações do inconsciente. O conceito de *nachträglich* foi então trabalhado dentro de uma perspectiva predominantemente temporal, de maneira que procuramos salientar seus corolários em relação à temporalidade subjetiva.

Enumeramos uma série de questões logo no início deste trabalho. Qual o momento exato de intervir? Qual a duração da sessão? E do tratamento? Qual a função do corte? De que passado se trata quando um paciente nos revela sua história? Em quanto tempo o paciente se veria livre de seus sintomas? Por que o analista intervém em determinada fala introduzindo um corte no discurso do analisante? Por que encerra a sessão num momento específico que não é decidido meramente pelo relógio?

Longe de esgotar questões tão complexas, esta pesquisa procurou muito mais salientar seus impasses do que respondê-las de maneira definitiva. Sendo assim, os caminhos que levaram ao desenvolvimento deste trabalho nos conduziram para a direção das dificuldades que se colocam em relação à definição da temporalidade subjetiva em psicanálise. Por essa razão, fizemos questão de delimitar nosso escopo teórico desde o início, sendo que não nos interessou pensar o tempo da ciência, seja ele absoluto ou relativo. A Física não poderia vir ao nosso auxílio para explicar a temporalidade que é própria da psicanálise. Procuramos sobretudo nos apoiar em Freud, Lacan e comentadores no sentido de encaminhar nossa discussão para o tempo lógico e a intervenção clínica.

Em relação à ordem do desenvolvimento das questões que permearam este trabalho, poderíamos nos perguntar: por que começar de Freud para nos aproximar depois do tempo lógico? Por que pegar um recorte tão amplo da obra de Freud, desde os primórdios da psicanálise com Breuer até alguns de seus últimos trabalhos? Em primeiro lugar, já salientamos que o tempo foi analisado por Freud de maneira esparsa em suas obras, o que nos levou a selecionar alguns dos momentos em que ele se apoiou na questão da temporalidade para elaborar seus conceitos. Estes momentos guardam entre si distâncias cronológicas significativas ao longo dos trabalhos de Freud. Em segundo, nos pareceu importante ressaltar

que o próprio desenvolvimento da psicanálise se deu a partir do abandono de uma concepção realista do acontecimento traumático em direção a uma concepção fantasística. Sublinhar a importância da realidade psíquica, neste sentido, nos pareceu importante para abordar o tema das construções em análise, já que este processo de construção se encontra atravessado pela fantasia do analisante.

No primeiro capítulo do trabalho, quando retomamos a parceria de Breuer e Freud, destacamos algumas concepções a respeito do tempo que nos pareceram importantes. Por um lado, o longo período de tempo de permanência dos sintomas histéricos, que faziam do acontecimento traumático uma espécie de corpo estranho em ação no aparato anímico. Por outro, o resumo desta característica do quadro clínico da histeria na afirmação de que os histéricos sofrem principalmente de reminiscências. Pudemos então estabelecer uma relação entre memória e tempo, na medida em que a intensificação dos traços mnêmicos remeteria aos momentos traumáticos propriamente ditos.

Em relação ao conceito de *nachträglich*, comentamos brevemente algumas traduções que o termo recebeu em português. Defendemos a tradução francesa *après coup* como aquela que mais se aproxima das ideias de Freud. Contudo, a questão que permeia o só-depois não é meramente uma discordância de tradução, mas sim um problema conceitual. Dentro desta perspectiva, tentamos mostrar que o passado só se faz passado na medida em que é historiado no presente. Não se trata de um passado factual, mas sim de um passado permeado pela fantasia e pela posterioridade interpretativa.

Poderíamos nos perguntar o porquê de passar brevemente pelos tempos do trauma em Freud antes de introduzir a questão do tempo lógico. Nossa aposta foi que a explicitação de algumas das nuances temporais entre as teorias do trauma, principalmente a partir da virada teórica de 1920, pudesse nos auxiliar na construção do terceiro capítulo, momento da pesquisa no qual tentamos uma articulação mais explícita com a clínica psicanalítica. Por essa razão, nos pareceu importante passar pelas teorias traumáticas em Freud, de forma que pudéssemos ratificar a hipótese de uma temporalidade não linear dos processos psíquicos.

Também achamos válido explorar um tema que ocupou Freud no fim de sua vida, as construções em análise. A partir desta temática, delimitamos com maior especificidade o papel da fantasia na reconstrução do passado que é historiado através da fala. Por outro lado, o tema das construções em análise nos serviu para reforçar a temporalidade do futuro anterior,

já que elas são sempre feitas num momento posterior em relação aos acontecimentos, ou seja, só-depois.

Destacamos o abandono da teoria da sedução traumática como um dos deslocamentos do plano da realidade material para a realidade psíquica mostrando também como no inconsciente tudo se acha preservado, não pode ser destruído e nem tampouco submetido ao tempo cronológico. Quando trouxemos à tona o tema das construções em análise, procuramos sublinhar que o analista precisa calcular o momento de comunicar suas construções ao analisante, tomando cuidado para não se precipitar em relação ao tempo. Mas deixamos para aprofundar este assunto no último capítulo.

Foi dentro deste recorte teórico que lançamos os fundamentos de nossa pesquisa, buscando demonstrar inicialmente como a temporalidade própria do aparelho psíquico é necessariamente não linear. Defendemos, portanto, uma temporalidade que não se guiasse pela flecha do tempo que ruma em direção ao futuro permanentemente carregando as contingências estáticas do passado. Sublinhamos que a temporalidade em psicanálise é não progressiva, sendo que o passado não está dado de maneira definitiva. A trama da história de cada sujeito é construída na medida em que se fala.

No segundo capítulo, entramos propriamente no tema mais importante deste trabalho, o tempo lógico. Partimos primeiro do texto de Lacan, para depois nos apoiarmos em alguns dos comentadores da psicanálise que também se interessaram por esta temática. Sustentamos o pressuposto de que o tempo lógico na verdade se apresenta como um sofisma e constitui em sua essência um erro lógico. Mas por que falar em erro?

A princípio, na situação apresentada pelo enigma dos três prisioneiros, apenas a visão de dois pretos encaminharia o problema para uma resolução instantânea. Contudo, Lacan não escolhe esta combinação para apresentar o apólogo. Tampouco seleciona a opção que comportaria a visão de um preto e um branco. A combinação escolhida por Lacan para fundamentar seu problema de lógica é a visão de dois brancos – para todos os três prisioneiros.

Isso significa colocar cada um deles na mesma situação, igualando suas possibilidades de escolha. Qualquer outra combinação levaria a uma inequidade entre eles, o que significaria necessariamente privilegiar um em detrimento dos outros. É justamente na medida em que

todos se encontram na mesma situação que o problema se descola de uma questão entre os sujeitos A, B e C, se aproximando muito mais da questão de um *único sujeito*. O tempo lógico é um texto que fala sobretudo da estrutura do sujeito da psicanálise.

Dentro deste escopo, o erro lógico do apólogo dos prisioneiros representa a relação com o próprio inconsciente. Quando retomamos as construções em análise pela perspectiva da leitura contemporânea de Jacques-Alain Miller, salientamos que não se trata do analista estar sempre certo nas suas formulações, mas se trata do fato de que o analisante sempre *erra* na relação com seu próprio inconsciente. Desta maneira, é somente na dimensão do erro que a verdade do enigma do tempo lógico pode ser atingida, ou seja, é a partir de uma estrutura de ficção que podemos abordar a verdade do inconsciente.

Elegemos para esta pesquisa o tempo lógico como a referência principal para abordar a temporalidade em psicanálise. Levamos em consideração a própria estima pessoal que Lacan tinha por este escrito. Naturalmente, as menções ao tempo lógico encontram-se espalhadas ao longo de seu ensino, de maneira que não ousamos uma revisão de literatura sistemática que pudesse localizar grande parte das menções que são feitas a respeito deste texto. Em vez disso, elencamos apenas algumas passagens que nos pareceram mais importantes para elaborar as questões que esta pesquisa levantou.

Achamos importante também destacar brevemente que existem duas versões do tempo lógico, uma que data de 1945 e outra de 1966. Não utilizamos a primeira versão do texto, apenas nos apoiamos em alguns dos comentários de Erik Porge, o que nos ajudou a perceber que algumas das modificações que este escrito recebeu foram significativas. Estas pequenas mudanças representam alguns dos pontos nevrálgicos do tempo lógico, o que nos auxiliou no desenvolvimento das questões deste trabalho.

O tempo lógico, por sua vez, nos conduziu a duas temáticas principais – o sujeito da psicanálise e o ato analítico. Procuramos retomar as bases do conceito de sujeito na tentativa de problematizar o lugar deste conceito no apólogo dos três prisioneiros. Nossa conclusão aponta para a unicidade de um sujeito que é responsável por sua escolha, não importa o número de prisioneiros que participem da prova.

É interessante notar que o enigma do tempo lógico se desenrola dentro de um presídio. Os sujeitos em questão são prisioneiros, ou seja, a própria história do sofisma aponta para o

problema da liberdade. No caso do apólogo, esta liberdade é limitada pelo próprio significante, na medida em que eles estão destinados a serem pretos ou brancos diante de dois outros prisioneiros também pretos ou brancos. A inserção desta bateria significante no problema por si só já reduz as possibilidades do enigma e iguala suas opções de resposta. Cada um deles está predestinado a ser preto ou branco, sendo que essa verdade sobre si mesmo lhes escapa.

Procuramos salientar termos específicos que Lacan utiliza no tempo lógico em relação aos sujeitos A, B e C. No instante do olhar, o sujeito impessoal; no tempo para compreender, o sujeito indefinido recíproco; no momento de concluir, o sujeito da asserção. É este último sujeito que mais nos interessou para esta pesquisa, o sujeito que enuncia sua verdade precipitando-se de cabeça num problema lógico carregado pela tensão do tempo que urge.

Tentamos trabalhar o conceito de sujeito como falta-a-ser, efeito dos significantes. Desta maneira, o sujeito não seria um agente da ação, mas sim um efeito imaterial causado pela própria cadeia de significantes. O tempo lógico é um apólogo, o que exige a explicitação de três sujeitos representados por pessoas – os prisioneiros A, B e C. Assim como grande parte das histórias que são criadas, o tempo lógico precisa ter personagens. Mas o sujeito de que se trata em psicanálise não é a pessoa, nem o eu. O sujeito é veiculado de significante a significante, ou seja, o sujeito é o que representa o significante para outro significante. Os prisioneiros são, poderíamos assim dizer, aqueles que representam cada modalidade de subjetivação do problema lógico em cada uma das diferentes etapas do sofisma.

Salientamos que o problema de lógica apresentado por Lacan não é pautado por uma ênfase espacial, mas sim temporal. Isso significa que o esforço de Lacan é pensar uma lógica do tempo, ou seja, ele tenta costurar o conceito do tempo com uma estrutura lógica. A lógica matemática, a rigor, prescinde da categoria de tempo, sendo suas fórmulas de certa maneira atemporais. Mas a lógica que envolve o enigma dos três prisioneiros não só envolve o tempo, como é determinada por ele, introduzindo três diferentes modalidades temporais distintas entre si.

É o saber que não se sabe que está em jogo quando se trata do inconsciente. Um saber que não é determinado pela cronologia, nem está fadado a cair no esquecimento. Da mesma maneira, todos os prisioneiros carregam uma mesma dúvida, portando a mesma marca do desconhecimento do próprio disco que lhe é posto nas costas. É a partir deste ponto do

incognoscível que gira toda a questão do tempo lógico. Há uma pergunta que paira no ar e delimita o impossível de ser conhecido.

O tempo lógico, portanto, é um enigma que revela uma impossibilidade, ou seja, ele impõe um limite a partir de significantes – dois pretos e três brancos distribuídos igualmente aos três prisioneiros. Cada um destes prisioneiros é o objeto *a* em relação aos outros. O que quisemos salientar com esta afirmação? Em primeiro lugar, o objeto *a* é aquilo que representa um ponto de impossibilidade, ou seja, ele marca um vazio constitutivo. Desta maneira, o objeto *a* remete a um limite e remonta à noção de causa. Em segundo lugar, ele é o elemento faltante que introduz a pressa no enigma. Se o prisioneiro A não se apressa diante de B e C, ficará encarcerado e não poderá usufruir da medida liberatória conferida pelo diretor do presídio.

O diretor de certa maneira ocupa um papel de neutralidade no apólogo. Ele distribui os discos igualmente, colocando as opções de cada um dos prisioneiros num mesmo patamar de possibilidades, o que acaba por reforçar a responsabilidade de cada um deles. Se eles recebessem discos diferentes, poderiam argumentar que a prova não foi justa e algum dentre eles acabou sendo privilegiado pelas circunstâncias do problema. Mas no tempo lógico nenhum privilégio é concedido a ninguém. Nenhum dos prisioneiros possui vantagem em relação ao outro.

O tempo lógico trata de um problema coletivo, de maneira que o número de personagens poderia até ser maior. Se fossem quatro, cinco ou dez prisioneiros, teríamos mais escanções suspensivas, mas as mesmas etapas se fariam presentes e os mesmos três tempos estariam em jogo (supondo o princípio da igualdade de discos brancos para todos, sem que nenhum deles receba um disco preto). É diante desta situação de igualdade entre os prisioneiros que pudemos abordar a unicidade do sujeito, um sujeito de pura lógica.

O sujeito da asserção é aquele que, no momento de concluir, se precipita em direção à sua verdade e afirma – *sou branco*. Por essa razão, dissemos que este é o sujeito que mais nos interessou para esta pesquisa. O momento de concluir representa o momento simbólico da fala dos prisioneiros, momento no qual eles se antecipam em ato.

Quando abordamos o tema do ato analítico, tentamos colocar em pauta principalmente qual o lugar do ato no tempo lógico e qual o estatuto do ato do psicanalista na clínica.

Chegamos à conclusão que no sofisma se trata de uma lógica do ato determinada por três tempos – instante do olhar, tempo para compreender e momento de concluir. O ato se inscreve apenas no terceiro tempo, quando todas as outras etapas da prova foram superadas pelos prisioneiros. Contudo, salientamos que no tempo lógico não se trata necessariamente de tempos regulares e evolutivos, ou seja, não defendemos uma visão desenvolvimentista do tempo lógico.

Na parte que introduzimos o tema do ato do psicanalista, trouxemos à luz uma intervenção clínica atribuída a Lacan. Neste pequeno fragmento, nos interessamos pelo ato na sua dimensão de corte, engendrando um novo rearranjo das representações psíquicas. Tentamos desdobrar o ato analítico como criador de um novo sujeito, a partir da afirmação aparentemente paradoxal de que no ato não há sujeito. De certa forma, o sujeito não desaparece no ato, mas se torna pura divisão. Naturalmente, o sujeito é sempre dividido, mas o que quisemos salientar foi o fato de o sujeito emergir diferente do que era depois do ato. O ato, portanto é criador e determina um novo começo.

O tempo lógico, neste sentido, é uma invenção lacaniana que tem valor de ato, não só por conta da importância que tem em seu ensino, mas principalmente pela inauguração de uma maneira até então inédita de se pensar a temporalidade em psicanálise. Tentamos trabalhar a ideia do ato como um *dizer* no tempo lógico, ou seja, no apólogo dos três prisioneiros o ato está ligado a uma verdade que o sujeito da asserção afirma com sua fala: *sou branco*. Este ato do sujeito é o que garante sua liberdade.

No enigma, a ação dos prisioneiros se dessubjetiva no momento de concluir e eles saem todos juntos da cela com a certeza de serem brancos. É justamente porque carregam a mesma dúvida nos mesmos instantes que os prisioneiros na verdade são um só. Eles passam pelas mesmas etapas e se defrontam com os mesmos impasses e por isso o problema inclui uma lógica coletiva. Na clínica, o tempo lógico pode ser pensado de diferentes maneiras, seja através do ato do psicanalista, da duração das sessões ou do momento da intervenção de uma maneira geral.

No terceiro capítulo da pesquisa, abordamos a questão do momento mais oportuno da intervenção. Vimos que na clínica, as intervenções do analista precisam sempre ser meticulosamente calculadas. Por essa razão, esta temática tem grande relevo principalmente a partir do ponto de vista da prática analítica, já que não há clínica que não envolva a dimensão

do tempo. O analista sempre irá se deparar com esta questão em algum momento de seu trabalho, sendo que o tempo é um operador clínico que pode ser determinante para o curso de uma análise.

Se o analista perde o tempo da intervenção, não significa obrigatoriamente que ele não possa pontuar para o analisante posteriormente o que deixou de pontuar em determinada ocasião. O momento mais exato de intervir não pode ser delimitado a partir de uma precisão clara e objetiva. Cada análise colocará questões e impasses diferentes e únicos, o que torna o problema do tempo da intervenção clínica um problema singular para cada caso.

Procuramos destacar ainda a dimensão da fala no contexto clínico. Nem toda intervenção do analista é necessariamente uma fala, já que em muitos momentos o próprio silêncio do analista pode ser considerado como uma resposta para o analisante. O momento da intervenção é um assunto delicado, pois exige um manejo muito específico do tempo. Se a fala do analista se antecipa ao momento mais oportuno, os efeitos podem ser a intensificação do recalque do analisante, a exacerbação de suas resistências ou até mesmo o abandono do tratamento. Se, por outro lado, o analista é excessivamente cauteloso, pode ser que o analisante apenas prolongue seus tempos para compreender e sua fala se reduza às mais puras racionalizações, eclipsando de certa maneira as formações do inconsciente.

Tentamos fazer uma aproximação entre o processo analítico e o jogo de xadrez nos apoiando em Freud e chegamos à conclusão que apenas o início e o fim do tratamento podem apresentar algum grau de previsibilidade. O que pode acontecer depois do início do jogo até o lance final é absolutamente imprevisível. Da mesma maneira, a análise não apresenta nenhuma garantia de sucesso ou previsão de duração. A única certeza que se impõe é que o processo analítico geralmente demanda muito tempo.

Quando retomamos brevemente o caso clínico do Homem dos Lobos, nos concentramos especificamente no processo de montagem da cena traumática e no tempo do tratamento. Não procuramos entrar nos pormenores do caso, elegendo apenas estes dois tópicos para serem trabalhados. A atualidade deste caso de Freud se mostra quando concebemos este tratamento de maneira singular, sem que ele sirva propriamente como um exemplo de como o analista deve ou não intervir. Muito mais que um modelo a ser ou não seguido, este caso coloca questões imprescindíveis para a clínica na atualidade, justamente por sua singularidade.

Ao abordar o processo de construção da cena do coito parental, procuramos tomar o cuidado de não passar a ideia de que o passado pode ser totalmente recuperado através do trabalho de análise. Não podemos deixar de fora a dimensão do real, ou seja, a dimensão daquilo que é inapreensível. É somente nesta medida que se pode conceber a construção desta cena, levando em conta o real da clínica que constantemente nos escapa.

De certa maneira, tentamos abordar este real da clínica a partir da comparação do trabalho do analista com o arqueólogo e o escultor. As duas atividades envolvem sobras que não podem ser recuperadas ou totalmente absorvidas, seja na escavação do arqueólogo, seja na ação do escultor. O tempo do tratamento envolve justamente este real, impossível de ser previsto e delimitado com clareza pelo analista.

Nosso esforço foi tentar fazer uma breve releitura do caso do Homem dos Lobos pela perspectiva do tempo lógico. Sendo assim, podemos afirmar que nos anos iniciais do tratamento, que produziram poucas mudanças no paciente de Freud, o tempo para compreender era a temporalidade predominante nas sessões clínicas. Até que Freud introduziu a pressa e favoreceu o deslocamento da análise em direção ao momento de concluir, o que de certa maneira forçou uma abertura do inconsciente.

Contudo, não estamos querendo dizer com isso que o inconsciente não tivesse seus efeitos nos anos iniciais da análise. Esta passagem do plano imaginário do tratamento em direção ao plano simbólico não se fez de maneira tão explícita e tão bem delimitada. O que quisemos salientar foi simplesmente que a intervenção de Freud reverberou na análise no sentido de favorecer a manifestação do sujeito do inconsciente, retirando a análise de uma temporalidade marcada pela postergação.

Abordamos também um dos primeiros sintomas produzidos em análise pelo Homem dos Lobos, o olhar insistente em direção ao relógio que havia no consultório de Freud. Embora o relógio nos remeta ao tempo, não podemos perder de vista que são as associações do paciente e as construções do analista que podem levar até o sentido desta manifestação sintomática. No caso, o relógio poderia representar um refúgio em relação à castração, ou seja, o relógio poderia ser um abrigo no qual o Homem dos Lobos poderia supostamente se proteger.

Quando Freud marca uma data para o fim, o tempo do tratamento não está mais colocado no plano da imprevisibilidade. A marcação de Freud impossibilita a protelação sem fim do tempo para compreender. Procuramos retomar o fato de que o sofisma do tempo lógico permite uma separação entre o imaginário e o simbólico. Nos dois primeiros tempos, instante do olhar e tempo para compreender, estaríamos no campo da linguagem aplicada ao imaginário, a partir dos diferentes modos de subjetivação do problema. O momento de concluir, por outro lado, introduz a função simbólica da fala que cada um dos prisioneiros enuncia.

Por essa razão, acreditamos que o momento de concluir seja o tempo mais importante do apólogo dos três prisioneiros. Nesta pesquisa, abordamos o momento de concluir para salientar que é neste tempo que o sujeito da asserção se precipita em ato. É neste ponto do enigma que um corte é engendrado de maneira irreversível e opera-se uma passagem do plano especular para o plano do inconsciente.

Na última parte do trabalho, ainda nos apoiando em Freud, sublinhamos a análise como uma tarefa considerada impossível de ser realizada diante da força das pulsões, da adesividade da libido, da influência dos traumas e das alterações do eu. Os impasses que se colocam no caminho da cura são frequentemente salientados por Freud ao longo de suas obras, sendo que para uma análise chegar a termo é preciso um longo período de tempo. Terminável e interminável ao mesmo tempo, o trabalho de análise continua mesmo depois da interrupção das sessões.

Fizemos brevemente referências a alguns dos fatores que se colocariam como impedimentos para o sucesso de uma análise, como a questão da adesividade da libido. Mas destacamos que em Freud as questões acerca do fim de análise se colocam sobre o pano de fundo da dualidade entre as pulsões de vida e pulsões de morte, o que foge ao escopo teórico desta pesquisa. Procuramos, portanto, circunscrever nossas questões acerca da imprevisibilidade da duração do tratamento nos apoiando no tempo lógico.

Começamos nos referindo ao inconsciente atemporal freudiano para chegar até o tempo lógico desenvolvido por Lacan. Não afirmamos que o tempo lógico seja o tempo da sessão analítica ou do tratamento, pois o que esteve em pauta foi demonstrar que o tempo lógico é o tempo do *inconsciente*. Isso não nos impediu, entretanto, de pensar a temporalidade da sessão e do tratamento em termos lógicos.

É claro que o tema do fim da análise é muito amplo, de forma que apenas tentamos estabelecer de maneira breve um diálogo entre esta temática e nossa pesquisa a respeito do tempo lógico. Concluimos que, assim como no apólogo dos três prisioneiros, que não sabem a cor de seus próprios discos, o analisante também porta um desconhecimento em relação a si próprio. Em outras palavras, ele carrega consigo um ponto de interrogação, assim como os prisioneiros do sofisma, que possuem uma questão que é o próprio enigma do inconsciente.

Neste sentido, procuramos pensar o tempo da sessão analítica e seu corte. Partimos do pressuposto que a duração das sessões e do tratamento como um todo não podem ser dadas de antemão pelo analista. Não é possível prever em quanto tempo se daria o processo analítico, tampouco poderíamos estabelecer com certeza o tempo de uma sessão, pois isso seria inscrever o analista no lugar de possuidor da verdade. Se o prazo para o tratamento pudesse ser previsto, seria como se a verdade do analisante pudesse ser conhecida dentro de um período de tempo determinado, como se já estivesse dada desde o princípio. Isso significaria colocar o analista numa posição oracular, como aquele que possui a resposta para o enigma do analisante.

Por fim, procuramos nesta pesquisa trabalhar algumas questões que nos acossaram em relação à clínica psicanalítica pela perspectiva do tempo lógico. Naturalmente, muitas questões ainda permanecem e podem ser desdobradas em trabalho futuros.

Referências Bibliográficas

BASTOS e RIBEIRO. **O Sentido Da Interpretação**. In.: Interpretação e Ato na Experiência Psicanalítica. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

BIRMAN, J. **Finitude e Interminabilidade do Processo Psicanalítico**. In.: Análise com ou sem Fim?. Birman e Nicéas (Orgs.). Teoria da Prática Psicanalítica 5. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

COSENTINO, J. **Angustia, Fobia, Despertar**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1998/2006.

_____. **El Inconsciente: la temporalidad del trauma**. Memorias de las XI Jornadas de Investigación, tomo III, Facultad de Psicología, Buenos Aires: UBA, 2004. Disponível em: <http://juancarloscosentino.com.ar/wp-content/uploads/2014/08/16.-El-inconsciente-freudiano-JCC.pdf>

ELIA, L. **O Conceito de Sujeito**. Psicanálise Passo a Passo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010/2004.

FREUD, S. **Lembranças Encobridoras**. . Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1899/1996.

_____. **A Interpretação dos Sonhos**. Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 1900/1996.

_____. **Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1901/1996.

_____. **Psicanálise ‘Silvestre’.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1910/1996.

_____. **Sobre o Início do Tratamento (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise I).** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1913/1996.

_____. **Recordar, Repetir e Elaborar (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise II).** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1914a/1996.

_____. **História de uma Neurose Infantil.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1914b/1996.

_____. **História do Movimento Psicanalítico.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1914c/1996.

_____. **O Inconsciente.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1915/1996.

_____. **Além do Princípio de Prazer.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1920/1996.

_____. **Psicologia de Grupo e a Análise do Ego.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1921/1996.

_____. **Uma Nota sobre o ‘Bloco Mágico’.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1924/1996.

_____. **A Negativa.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1925a/1996.

_____. **Algumas Notas Adicionais Sobre a Interpretação de Sonhos Como um Todo.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1925b/1996.

_____. **A Questão da Análise Leiga.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1926/1996.

_____. **Construções em Análise.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1937a/1996.

_____. **Análise Terminável e Interminável.** Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1937b/1996.

GARCIA-ROZA, L. **Acaso e Repetição em Psicanálise – Uma Introdução à Teoria das Pulsões**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986/1996.

GONDAR, J. **Os Tempos de Freud**. Coleção Freudiana. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

HOFFMANN, C. **‘Eu’ Devo Assumir a Responsabilidade do Inconsciente**. *Ágora*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 41-46, Jan. 2005.

LACAN, J. **O Seminário – Livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1954/1986.

_____. **O Seminário – Livro 2: O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1954-1955/1985.

_____. **O Seminário – Livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1964/2008.

_____. **O Seminário – Livro 15: O Ato Analítico**, inédito, 1967-1968.

_____. **Escritos**. Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1966a/1998.

_____. **Escritos**. O Tempo Lógico e a Asserção de Certeza Antecipada – Um Novo Sofisma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1966b/1998.

_____. **Escritos**. Intervenção sobre a Transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1966c/1998.

_____. **Escritos**. Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1966d/1998.

_____. **Autres Écrits**. L'Acte Psychanalytique – compte rendu du séminaire 1967-1968. Champ Freudien. Paris: Éditions du Seuil, 1968-1969/2001.

_____. **O Seminário – Livro 20: Mais, Ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975/2008.

_____. **Conférence à Genève sur le Symptôme**. Disponível em:

<http://www.psicanaliseefilosofia.com.br/acervo/conference%20a%20geneve%20sur%20le%20symptome.doc>, 1975.

MALCHER, F. **Laço Social, Temporalidade e Discursos: de Totem e Tabu ao discurso capitalista**. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, UFRJ, 2016.

MILLER, G. Documentário: **Rendez Vous Chez Lacan**. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=S-QtbFaZjmw>, 2011.

MILLER, J-A. **A Erótica do Tempo**. Rio de Janeiro: Latusa, 2000.

_____. **Os Seis Paradigmas do Gozo**. Opção Lacaniana Online. Ano 3. nº7, 2012.

_____. **Marginalia de ‘Constructions dans l’analyse’**. Texte transcrit par Jocelyne Gault, paru in Cahier de l’ACF-VLB, nº3, Rennes, pp. 4-30, 1994.

_____. **Los Usos del Lapso – los cursos psicoanalíticos de Jacques-Alain Miller**. 1ª edição. Buenos Aires: Editora Paidós, 2004.

_____. **13 Clases sobre El Hombre de los Lobos**. Serie Tiché. Buenos Aires: Unsam Edita, 2009/2011.

PORGE, E. **Psicanálise e Tempo – o tempo lógico de Lacan**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1989/1998.

TEIXEIRA, A. **Do Bom Uso da Besteira na Experiência Psicanalítica**. Revista *Ágora*, vol. 5, nº2, pp.271-293, 2002.

VALE, S. e CASTRO, J. **O Tempo e o Ato Psicanalítico na Direção do Tratamento**. Tempo Psicanalítico. Rio de Janeiro: Vol.45 – I. pp. 439-451, 2013.

VIEIRA, M. **Homem dos Lobos: a atualidade dos casos clínicos freudianos**. Psicologia:

Ciência e Profissão, 32 (3), 706-715, 2012.